

RESOLUÇÕES DA 3^a
ASSEMBLÉIA NACIONAL

RESOLUÇÕES DA 3^a ASSEMBLÉIA NACIONAL

1^a EDIÇÃO

CONSULTA POPULAR

SÃO PAULO - 2007

Expediente:

Cartilha 19 – RESOLUÇÕES DA 3ª ASSEMBLÉIA NACIONAL

Publicação: Consulta Popular

Rua Abolição, 227 – 2º andar

01319-010 – São Paulo / SP

Telefone: (11) 3104-6746

Pedidos: consultapopular1@uol.com.br

Revisão: Geraldo Martins de Azevedo Filho

Diagramação: Zap Design

Outubro de 2007

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO AO PROGRAMA ESTRATÉGICO	9
NOSSO PROGRAMA ESTRATÉGICO	31
NOSSA TÁTICA	51
NOSSOS VALORES ÉTICOS	61
OS PRINCÍPIOS	71
NOSSOS COMPROMISSOS ORGANIZATIVOS	79
CARTA POLÍTICA	81
ANEXO	85

APRESENTAÇÃO

Ao completar seu décimo aniversário, a Consulta Popular enfrentou seu principal desafio teórico: elaborar coletivamente um programa estratégico e definir seu caráter enquanto instrumento político.

Centenas de debates foram realizados durante vários meses, envolvendo militantes e núcleos de todas as regiões. Cadernos de Debates foram editados e discutidos exaustivamente em plenárias, seminários e reuniões. Desenvolvemos com transparência, honestidade e generosidade um debate profundo que possibilitou uma formulação realmente coletiva.

O resultado final foi um verdadeiro salto de qualidade em nosso processo de construção. As definições estratégicas e táticas e os compromissos políticos e organizativos nos servirão como uma bússola no atual contexto histórico.

Nossa 3ª Assembléia Nacional definiu o caminho para avançarmos como uma organização política que busca aprofundar seu caráter de natureza partidária. Aprovamos os conceitos, regras e o formato da organização que queremos construir. Compreendemos que essa construção é um processo, no qual a vontade é um elemento essencial, mas não definitivo. Converter-se numa organização de natureza partidária exigirá a construção de uma cultura política que valoriza e pratica o conceito de direção coletiva, que investe de forma persistente na organização de base e entende a

importância da disciplina consciente. Diante dessa definição, não mais utilizaremos o termo “movimento” em nossa denominação.

Não seremos uma agremiação eleitoral, mas uma organização política vocacionada para a luta, cujas marcas são a unidade, a disciplina militante e a fidelidade ao povo.

Somos a Consulta Popular.

Pátria Livre, Venceremos!

Coordenação Nacional da Consulta Popular.

INTRODUÇÃO AO PROGRAMA ESTRATÉGICO

O processo de formação do povo brasileiro

O Brasil iniciou a sua formação com uma classe dominante vinda de um Portugal mestiço. Essa classe dominante, ao encontrar aqui os povos indígenas, estabeleceu tensas relações, marcadas pelo conflito e a pela luta entre as duas forças que tinham interesses opostos. Nascemos como uma colônia. O desafio da exploração colonial de nosso país foi enfrentado por meio de um processo de bases capitalistas. Para sustentar esse processo, o território brasileiro e as sociedades que ele abrigava precisaram ser completamente reinventados. Tudo o que existia – a natureza e as pessoas – foi reconstruído para fins mercantis, tendo como horizonte o mercado mundial em formação. Nossa exploração econômica foi planejada, com cuidadosa escolha dos produtos rentáveis e das tecnologias mais avançadas da época. O ambiente natural preexistente foi adaptado a essas escolhas, com a substituição das florestas de espécies nativas pela nova geometria das plantações de espécies transplantadas, associada à extração e queima de madeira, em um enorme entorno, para produzir energia. Os habitantes originais foram dizimados em sua maioria e substituídos por mão-de-obra recrutada em continentes distintos. Gigantescos recursos foram mobilizados nas principais praças financeiras da Europa. Constituiu-se um eficaz sistema de controle contábil. Tudo estava voltado para o lucro e a acumulação de capital.

Devido à diversidade de bens naturais, clima quente e úmido e terras de boa qualidade, coube ao Brasil, na divisão internacional

do trabalho, ser fornecedor de produtos primários para a metrópole portuguesa, por meio do modelo agroexportador. Para cumprir essa função de fornecedor de açúcar, madeira e minérios, escravizaram-se os povos originários, tornando-os assim o embrião da formação da classe explorada até o século 17, quando esta foi ampliada com a captura e seqüestro de trabalhadores escravizados africanos e fortalecida pelos colonos brancos europeus, dois séculos depois.

Aqui se formou um povo novo a partir dos grupos humanos que o capitalismo mercantil encontrou neste território ou transplantou para cá. Compreendemos as características fundamentais desse contingente humano filho da modernidade. Vimos que ele é também um povo-nação, reconhecendo-se como tal, falando uma mesma língua, habitando um território bem definido e tendo criado o seu próprio Estado. Debruçados em ampla visão da aventura humana, nos percebemos como um povo que ainda está no começo de sua própria história e cuja identidade – por sua gênese e sua trajetória – não se pode basear em etnia, religião, vocação imperial, xenofobias ou vontade de isolar-se. Um povo que tem na cultura – uma cultura de síntese – a sua razão de existir. Um povo-nação.

Compreender o conceito de povo brasileiro não é uma questão secundária. Em torno dela se funda nossa auto-estima e nossa própria identidade. Esse é o conceito central para a formulação de um Projeto Popular para o Brasil. Iniciar nosso programa com o conceito de povo brasileiro representa, por si só, uma demarcação com a cultura eurocêntrica que vem permeando nosso pensamento de esquerda. Partimos do povo brasileiro, razão e sentido de nossa luta.

Constituído na exploração, nosso povo nasce na contradição com o Brasil-empresa. Ao mesmo tempo em que se aprofundava a escravidão, multiplicavam-se os levantes e enfrentamentos com o Estado e a classe dominante. Nossas revoltas foram intensas e marcaram cada momento de nossa história. Em nosso país, a burguesia nunca se propôs a ser revolucionária; ao contrário, optou

por ser coadjuvante da burguesia e do capital internacional. Sempre considerou o Brasil uma empresa-para-os-outros.

Nascemos sob a exploração capitalista e o capitalismo foi introduzido por meio da dominação política. Ao contrário da Europa, a desagregação das sociedades tradicionais não foi um processo endógeno, e as sociedades resultantes foram governadas por elites mais articuladas para fora do que para dentro. As relações externas determinaram o sentido e o ritmo do desenvolvimento. A acumulação em regime de dependência e baseada na exploração de recursos naturais e no latifúndio monocultor formou com rapidez uma grande massa despossuída, que se reproduzia nessa condição, sem que, no outro pólo, houvesse interesse em absorvê-la em atividades modernas.

Essa massa marginalizada permaneceu imersa na mera luta pela sobrevivência. Constituiu apenas uma imensa reserva de mão-de-obra, que sempre deprimiu a remuneração do trabalho. Daí o papel pouco relevante dos mercados internos, papel reforçado pela integração subordinada no sistema internacional e pelo caráter extrovertido das economias periféricas, modernizadas a partir dos seus setores exportadores. Tais sociedades não tenderam a construir Estados nacionais burgueses acabados. Trata-se de uma nação incompleta e por isso, aliás, a questão nacional é diferente no centro e na periferia do sistema capitalista.

Completar esse processo, “fazê-lo chegar ao seu termo” – ou, ainda, na linguagem de Caio Prado, realizar a Revolução Brasileira – é fazer desabrochar uma grande nacionalidade do Ocidente moderno, uma nacionalidade tardia, cujos potenciais permanecem em grande medida incubados. Eis porque resgatar a importância do conceito de povo brasileiro não significa negar a divisão de classes em nossa sociedade como elemento central de nosso processo histórico. Ao contrário, ao falar em povo brasileiro, estamos reforçando a compreensão de que nossas classes dominantes sempre se organizaram em torno do Brasil-empresa e jamais tiveram interesse em construir um projeto de nação que não fosse apenas uma

mera caricatura. Nosso povo, que sempre contou apenas com sua força de trabalho, nasceu proletário; nossa identidade, valores e cultura se unem a toda a tradição revolucionária dos trabalhadores de todo o mundo. Pátria e nação somente adquirem sentido num Projeto Popular e concebidas a partir do processo histórico de nosso povo – não se contrapõem ao internacionalismo proletário.

A memória coletiva de nosso povo traz a marca da lembrança de uma repressão implacável a que foram submetidos todos aqueles que foram à ação e tiveram iniciativa de lutar. Esse é um elemento forte e presente em nosso imaginário coletivo. Não podemos desconsiderá-lo na construção de uma estratégia transformadora. Exatamente por isso é fundamental identificar onde residem nossas energias.

Apesar de nunca ter podido viver para si, nosso povo fez a façanha de se construir como povo. Mas não sabe disso, não lhe permitem reconhecer a grandeza desse fato histórico. Nós, brasileiros, sempre enfrentamos o alijamento de nossa identidade. Apesar de tanta opressão, construímos uma cultura rica, criativa e potente. Uma cultura que nos permite recordar quem somos. Uma cultura que representa a potência e a energia que constroem nossa identidade e auto-estima.

O Brasil, que, desde a origem, se organizou para servir ao mercado mundial, terá agora de se organizar para si mesmo. O Brasil de poucos terá de ser o Brasil de todos. Se formos incapazes de dar esse salto, nossa existência como nação soberana e sociedade organizada estará em perigo. Seria mais realista dizer: já está em perigo. Eis porque falamos em uma crise de destino.

Antes de ser econômica, nossa crise é política, ideológica e cultural. O Brasil foi levado a se considerar um país frágil, pedinte, incapaz, necessitado de buscar salvação fora de si. O futuro da nação foi hipotecado a agentes que nenhum compromisso têm conosco, a não ser o de realizar negócios bem lucrativos, sempre com o pé na porta, prontos para ir embora. O tempo histórico da nação ficou subordinado ao tempo curto do capital financeiro.

Estamos assistindo à vitória temporária da perspectiva do Brasil empresa-para-os-outros sobre o Brasil nação-para-si. Impõe-se, pois, uma dura luta política e cultural. As alternativas são radicais para ambos os lados. Há uma bifurcação no caminho. O país terá de decidir: ou aceita tornar-se apenas um espaço de fluxos do capital internacional, ou assume seu processo de construção em novas bases.

O processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil

O território brasileiro foi ocupado, ao longo de aproximadamente 40 mil anos, por povos que vieram da Ásia e aqui se reproduziram em agrupamentos sociais, clãs familiares e tribos que se constituíram como povos originários. Eles povoaram quase todo o território, em especial a região litorânea e margens dos rios, e viveram durante esses anos todos sob a formação socioeconômica do comunismo primitivo. Alguns se mantiveram nômades, outros se consolidaram em territórios definitivos. Foram eles os que ocuparam e deram a origem ao que depois consideraríamos uma das raízes do Brasil, caracterizando-os como povos originários. Em 1500, quando esse território foi invadido pelos capitalistas europeus, havia aproximadamente 5 milhões de pessoas, divididas em aproximadamente 300 povos diferentes, com idiomas e culturas distintos.

A chegada invasora dos colonizadores europeus ao nosso território foi resultante da necessidade de expansão do nascente capitalismo comercial que se desenvolvia na Europa, como um novo modo de produção baseado na acumulação de riquezas por meio do comércio de mercadorias. As navegações eram financiadas por capitalistas comerciantes, ávidos pelas altas taxas de lucro desse nascente comércio.

Para atender a essas necessidades, as monarquias européias se somaram aos novos investidores capitalistas, a burguesia nascente da época, e usaram seu poderio militar para transformar os territórios invadidos – Ásia, África e América – em colônias comerciais

sob seu controle político, jurídico e econômico. Nosso território foi dominado e se transformou numa colônia de Portugal. E as riquezas naturais e os povos que aqui viviam passam a ser dominados pelas regras do capitalismo. As regras da lógica capitalista buscaram: a) subordinar o povo e transformá-lo em mão-de-obra passível de exploração; b) usar o território, as riquezas e essa mão-de-obra para produção de bens necessários à metrópole.

A economia do pacto colonial, subordinada à metrópole portuguesa foi gerada, por um lado, em um modo de produção sustentado nos grandes ciclos agrícolas – curiosamente vindos de fora e enviados para fora – como o cultivo da cana-de-açúcar, do algodão e a implantação da pecuária. E, por outro lado, pela exploração e extração das riquezas naturais como ouro, diamante e prata, aqui encontrados, como elementos centrais de manutenção do poder em disputa pela hegemonia no continente europeu. Esse modo de produção ficou conhecido como modelo agroexportador.

A política do pacto colonial organizada para dar sustentação à economia possuía as seguintes características: a) concessão de grandes extensões de território a investidores capitalistas europeus; b) utilização das mais modernas técnicas de exploração agrícola; c) utilização da mão-de-obra escravizada para o trabalho nas minas, na agricultura e nos serviços domésticos da “casa-grande” e da vida urbanizada. Essas características políticas, tendo como base a economia do pacto colonial, serviram de elementos para que mais tarde esse modo de produção e organização ficasse conhecido como *plantation*.

O sistema político-econômico da *plantation* foi sustentado por um intenso tráfico de mão-obra escravizada, trazida de povos aprisionados na África, comercializados por capitalistas europeus, que também acumularam muito dinheiro com o comércio de mão-de-obra escravizada. Durante muito tempo, foi a atividade mais lucrativa do território. Estima-se que nesse período foram trazidos mais de 7 milhões de pessoas da África, para sustentar esse modelo.

Outra característica importante da história desse período é o caráter genocida do modo de operar dos invasores. Ao aqui chegarem, encontrou-se uma população estimada de 5 milhões de nativos. Ao longo de quase quatro séculos, trouxeram aprisionados da África aproximadamente 7 milhões de africanos. E, como resultado das práticas desumanas, escravistas, do modelo invasor, em meados do século 19, a população estimada em todo o território brasileiro era de 5 milhões, das quais a metade constituída por trabalhadores escravizados.

As classes sociais que compunham a realidade dessa época eram os nobres de origem européia, que viviam sem nada produzir; o clero; uma burguesia agrária e comercial; os trabalhadores escravizados, ampla maioria social. Os mestiços sobreviviam com qualquer trabalho, em especial relacionados com serviços. E os povos originários haviam desbravado o país, sertão adentro.

No início do século 19, já pressentindo o fim do trabalho escravizado e preocupada com suas conseqüências, a Coroa fez ampla campanha na Europa para atrair mão-de-obra de camponeses pobres. Migraram para o Brasil, entre 1875 e 1914, 1,6 milhões de camponeses pobres, para, intencionalmente, substituir os 2 milhões de trabalhadores escravizados. Por outro lado, a Coroa promulgou a Lei nº 601, de 1850, que introduzia a propriedade privada da terra, em substituição ao sistema de concessão de uso, transformando-a em mercadoria e liberando-a como objeto de compra, venda e reserva de valor.

No final do século 19, instalou-se a crise do modelo escravocrata. Contribuíram para essa crise: a) as revoltas dos trabalhadores escravizados que fugiam e formavam os quilombos, causando grandes prejuízos às fazendas; b) pressão internacional do império inglês, que proibiu o comércio de trabalhadores escravizados na África; c) e o próprio desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa, assentado sobre a exploração do trabalho assalariado fabril, como principal fonte de acumulação de riquezas. Com o fim legal da escravidão em 1888, o modelo atingiu sua crise terminal.

A transição da economia do pacto colonial para um outro modo de produção abrangeu o período de 1850 até 1930, quando, então, as elites se reorganizaram e implantaram o modelo de industrialização dependente. Essa transição se dá no marco de uma nova forma de atuação e organização política centrada na independência do país frente à metrópole e na implantação da república. Surgia então uma nova aliança de classes entre a nascente burguesia industrial, a velha oligarquia rural e os capitalistas industriais de capital internacional que vieram dos Estados Unidos e da Europa implantar suas fábricas, em busca de mão-de-obra barata.

A implantação da indústria no Brasil, realizada tardiamente em relação à revolução industrial inglesa – meados do século 18 – foi resultado de investimentos de três formas básicas de capital. Primeiro, a transformação do capital da oligarquia rural, originário das exportações agrícolas, que foram investidos em fábricas. Segundo, o Estado brasileiro utilizou uma grande parte dos recursos públicos para realizar investimentos nos transportes e na indústria, seja na indústria básica, como a siderurgia, seja na indústria de bens de consumo, associado a capitalistas privados. E, terceiro, foram os capitalistas estrangeiros que trouxeram suas indústrias e investiram sozinhos ou associados a outros capitalistas, como acima descrito.

De novo, a expansão da indústria no Brasil obedeceu a uma lógica dialética de associação subordinada dos interesses dos capitalistas brasileiros com o capitalismo internacional, que já se encontrava em sua fase imperialista. As empresas transnacionais vinham ao Brasil como uma necessidade para seguir ampliando seus mercados, em busca de mão-de-obra barata, para depois re-exportar seus produtos para a metrópole e obter assim maiores taxas de lucro. E transferiam também, para as fábricas no Brasil, as máquinas e ferramentas (capital constante) já obsoletos tecnologicamente em seus países e já amortizados nos processos produtivos anteriores. Essas máquinas usadas entravam como investimento estrangeiro e geravam uma dívida externa das filiais,

resultando em mais uma forma de transferir riquezas às suas matrizes, por meio do pagamento desses empréstimos.

Nesse novo modelo de produção, o pólo central de acumulação capitalista passou a ser a indústria. Ou seja, a exploração do trabalho operário e a ampliação do mercado local de bens e serviços. Assim, a agricultura passou a se subordinar a esse pólo hegemônico de acumulação do capital. A indústria passou a produzir os insumos para a agricultura, gerou um enorme mercado interno de alimentos formado pela nascente classe operária fabril e pelo desenvolvimento da urbanização acelerada da sociedade brasileira. Foi além: a indústria passou a beneficiar as matérias-primas produzidas pelos camponeses e transformá-las em alimentos, surgindo assim a agroindústria.

Por outro lado, a partir da década de 1950, por influência das transnacionais européias e estadunidenses, passou-se a adotar a chamada “revolução verde”, que significava a adoção de técnicas agrícolas totalmente dependentes da indústria de agrotóxicos, de fertilizantes químicos e da mecanização no processo produtivo agrícola, aumentando ainda mais a dependência da agricultura em relação aos insumos produzidos pela indústria, como se esses insumos fossem fundamentais para o aumento da produtividade física das lavouras e do trabalho na agricultura. De fato, eles lograram aumentar em muito a produtividade da agricultura, mas isso não significa que eram as únicas formas possíveis de aumentar a produtividade da lavoura e do trabalho.

No período de transição do modelo agroexportador para a industrialização dependente, o processo de mudanças no mundo do trabalho fabril e agrícola havia levado ao surgimento de duas novas classes sociais no Brasil. Nas cidades, desenvolveu-se, de forma vertiginosa, a classe operária. E, no campo, tivemos o nascimento da classe social dos proletários rurais, que passaram a viver do trabalho assalariado, assim como surgiu o campesinato como uma nova classe social. Os camponeses brasileiros se conformaram a partir de duas vertentes. De um lado, os camponeses pobres

migrantes da Europa, que compraram parcelas de terra do Estado, ou se associaram aos fazendeiros do café e da cana, reproduzindo-se como camponeses parceiros, no regime chamado de colonato. E, de outro lado, de Minas Gerais para o Norte, se consolidaram os camponeses originários dos mestiços, que, não tendo direito a comprar terra, embrenhavam-se sertão adentro, interiorizando-se, e, por isso, receberam o apelido original de “sertanejos”. E lá, sem serem proprietários das terras, mas ocupando terras públicas, se dedicavam à agricultura de subsistência e se reproduziam como camponeses, com trabalho familiar, vendendo os excedentes nas feiras e mercados locais.

Ao longo do século 20, o processo capitalista industrial tomou conta da agricultura brasileira e formou então uma sociedade rural mais complexa, formada basicamente pelas seguintes classes sociais: os grandes proprietários de terra, que acumularam grandes extensões de terra, desde a lei de 1850. Essa burguesia agrária proprietária foi alcunhada de fazendeiros, latifundiários e oligarquia rural. Esse segmento representa, hoje, ao redor de 30 mil famílias. Em seguida, formou-se uma pequena burguesia agrária, modernizada pela industrialização e totalmente dependente do mercado capitalista, formada pelos médios proprietários de terra, de áreas entre 100 e 1000 hectares. Esse segmento representa ao redor de 300 mil famílias. Depois, temos os camponeses em geral, os pequenos proprietários de terra, ou arrendatários abastados, com menos de 100 hectares. Eles representam hoje ao redor de 5 milhões de famílias. Um estudo sociológico mais apurado pode detectar que, entre eles, há camponeses abastados, medianos e há camponeses pobres, semiproletários, e que o processo capitalista os marginaliza e os expulsa sistematicamente para as cidades. Temos também a classes dos camponeses mais pobres, despossuídos de terra, que em geral trabalham nas terras da burguesia e pequena burguesia agrária. São os chamados sem-terras, que vivem como posseiros pobres, arrendatários, meeiros, filhos adultos de camponeses pobres. Representam um contingente de 4 milhões de famí-

lias. E, finalmente, temos o proletariado rural, formado pelos trabalhadores assalariados na agricultura, alguns de forma permanente, outros de forma temporária, combinando sua condição de camponeses sem terra e com pouca terra com a condição de assalariados temporários. E, em todos esses segmentos, crescem a cada dia contingentes na condição de lúmpens, sendo que seu número maior aparece entre os lumpemproletários e lumpencamponeses. Essas pessoas são desprovidas de tudo, inclusive de consciência, e facilmente migram ou caem na marginalidade social.

Na década de 1960, o modelo de industrialização dependente enfrentou sua primeira crise cíclica. Caíram os níveis de produção e emprego. A inflação alcançou níveis elevados. Gerou-se um processo de debate na sociedade e, ao mesmo tempo, um processo de mobilização de massas. Esse clima de crise e mobilização das massas populares foi beneficiado por um contexto internacional de uma correlação de forças favorável às classes trabalhadoras de todo o mundo, que havia produzido processos revolucionários e anticapitalistas em vários países da periferia do capitalismo. Havia um clima internacional de mudanças gerado pela ofensiva da classe trabalhadora e dos povos oprimidos, que levaram a revoltas populares e vitórias na China (1949) na Guerra do Vietnã (1950-1975), nos processos de libertação nacional das colônias africanas durante o período de 1960-1975. E, na América Latina, também havia um ascenso dos movimentos de massa, com teses revolucionárias, que levaram a revoltas populares na Bolívia (1950-1954) Guatemala (1954), Cuba (1956-1959), República Dominicana (1963-1964) e em outros países.

Esse contexto nacional e internacional produziu, no período de 1960, um amplo de debate na sociedade e agitação nas classes trabalhadoras sobre a saída para a crise brasileira. De um lado, setores nacionalistas e de esquerda, influenciados pelas idéias da Cepal (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe), defendiam teses sobre a necessidade de se desenvolver a industrialização de bens de consumo, interiorizando as fábricas, mas combinando com dis-

tribuição de renda e reforma agrária, para ampliar o mercado consumidor nacional. De outro lado, setores mais radicalizados da população defendiam propostas mais socializantes e de rompimento com o imperialismo, nas teses que foram aglutinadas pela Teoria da Dependência de viés marxista. E, finalmente, nesse embate, as classes dominantes brasileiras consolidaram sua aliança com o capital estrangeiro, em especial dos Estados Unidos, articularam-se com as Forças Armadas e aplicaram um golpe de Estado, que resultou num regime militar durante o período de 1964-1984.

Durante a ditadura militar, o capital internacional fez grandes investimentos na infra-estrutura econômica e social do país, na construção de estradas, portos, e também nas indústrias, gerando então um novo ciclo de crescimento econômico. Mas, como consequência do aprofundamento da subordinação da nossa economia ao imperialismo, resultou num maior domínio das empresas transnacionais nos setores mais lucrativos da economia e numa enorme dívida externa, que saltou de 3 bilhões para 100 bilhões de dólares em apenas 15 anos. O capital internacional encontrou, então, uma nova forma de explorar nossa sociedade como um todo. Não era apenas por meio dos baixos salários pagos à mão-de-obra nas fábricas, mas, agora, se exigia que o governo transferisse para o exterior, em especial aos bancos privados e públicos, em nome de toda a sociedade, vultosos recursos na forma de pagamento de juros, amortizações e *royalties* para as empresas transnacionais.

No início dos anos de 1980, o modelo de industrialização dependente entra em crise. Uma crise terminal, como modelo. A produção diminui. Surge o desemprego estrutural, que passa a marginalizar enormes contingentes de trabalhadores, acima de 15% da população economicamente ativa, e, portanto, bem acima das taxas naturais de exército industrial de reserva (ao redor de 6% da PEA), que faziam parte da lógica de funcionamento do capitalismo industrial. A dívida externa e interna se multiplica, tanto para o setor público, quanto para as empresas capitalistas. Muitas empresas quebram.

A crise do modelo de industrialização dependente gerou uma rearticulação de classe e a gestação de uma nova aliança das classes dominantes, agora subordinadas ao capital internacional. Com um agravante: nessa etapa, o capital internacional está hegemônico pelo capital financeiro. Portanto, a partir da década de 1990, as classes dominantes brasileiras aceitaram a subordinação da economia brasileira ao capital internacional financeiro. Esse controle do capital internacional se aprofundou e se ampliou por meio dos bancos internacionais, das empresas transnacionais, dos acordos internacionais, dos organismos controlados pelo capital internacional, como Banco Mundial, FMI, Organização Mundial do Comércio, e das Bolsas de Valores e de Mercadorias instaladas nos países centrais. Essa nova aliança se chamou de “neoliberalismo”.

Esse novo patamar de acumulação do capital internacional subordinou a economia brasileira e se apoderou das principais empresas estatais e privadas. Desnacionalizaram os principais setores estratégicos, da indústria, do comércio e serviços. E passaram também a controlar a agricultura brasileira.

Os movimentos do capital internacional e financeiro sobre a agricultura operaram basicamente sobre a compra de ações das empresas que atuavam na agricultura. Isso gerou um movimento de concentração das empresas, diminuindo seu número e formando verdadeiros oligopólios, em cada ramo da produção: fertilizantes, agrotóxicos, comércio agrícola, agroindústria etc. Produziu uma centralização do capital, em que uma única empresa transnacional passou a controlar vários ramos de produção, gerando uma maior dependência internacional, pois as empresas transnacionais passaram a controlar o comércio dos produtos, o mercado e os preços agrícolas. Passaram a fornecer os insumos de que os fazendeiros necessitam para produzir, assumindo compromisso de lhes entregar o produto. Dez grandes grupos internacionais controlam praticamente todos os segmentos de insumos para a agricultura, do comércio agrícola internacional e do beneficiamento da matéria-prima agrícola nas agroindústrias aqui instaladas.

Do ponto de vista de classe, isso gerou uma nova aliança entre os grandes proprietários de terra, fazendeiros capitalistas e as empresas transnacionais. Essa aliança recebeu o nome de “agronegócio”. Representou uma nova forma de organizar a produção agrícola, nas fazendas, com as seguintes características: unidades produtoras em grandes extensões de terra, produção em monocultura, prioridade para o mercado externo, uso intensivo de mecanização, despedindo mão-de-obra para aumentar a produtividade do trabalho agrícola. Uso abusivo de agrotóxicos, como forma também de aumentar a produtividade da lavoura e do trabalho, à base de venenos, sem nenhum controle, causando todo tipo de degradação do meio ambiente. Pagamento de baixos salários para os trabalhadores rurais. Está em curso, portanto, um modelo de superexploração de mão-de-obra, de uso intensivo da terra e da natureza, depredador, com enorme custo e passivo ambiental para a sociedade brasileira, para poder produzir a baixos preços para o mercado externo.

Nesse novo modelo agrícola do agronegócio, resultado dessa aliança com as transnacionais, há um processo de marginalização crescente dos camponeses, que perderam sua função, nem mesmo como fornecedor de mão-de-obra para o exército industrial de reserva. E o modelo vai, paulatinamente, substituindo a produção de subsistência e para o mercado interno pelas importações ou produção em larga escala. Por outro lado, o proletariado rural também é desbancado cada vez mais pelo uso intensivo de máquinas, restando-lhe então a marginalidade social, a migração e o êxodo rural para as cidades.

No setor energético, o modelo de desnacionalização e de uso de nossos recursos naturais (a água, energia de origem vegetal: biodiesel, óleo combustível vegetal e carvão vegetal) procura repetir a fórmula de elevadas taxas de lucro com a exploração do trabalho e depredação do meio ambiente por parte de grandes empresas transnacionais, que pretendem impor o oligopólio na energia elétrica e o modelo de agronegócio na energia de origem vegetal. Isso afeta toda a sociedade, ficando mais dependente dessas empresas

que impõem seus preços e taxas de lucro. E milhares de camponeses que vivem nas margens dos rios e lagos formados são duramente afetados e obrigados a migrar.

Como conseqüência desse novo modelo de exploração agrícola, mudou a natureza dos problemas enfrentados pela população e pelos trabalhadores que vivem no meio rural, independente de sua condição social, categoria ou classe social. Os problemas se ampliaram e não são apenas de acesso a terra, de ter o direito a ter terra própria, objeto de uma reforma agrária. Agora, os capitalistas disputam a propriedade dos bens da natureza, da biodiversidade, da água, das sementes, tentando impor sementes transgênicas que lhes dá o direito de patente. As empresas transnacionais disputam as hidrelétricas, os recursos naturais de madeira, carvão vegetal. Disputam a produção de alimentos, sem nenhuma responsabilidade com a soberania alimentar e com a qualidade dos alimentos para a população. Portanto, a questão agrária brasileira deixou de ser apenas a questão da propriedade e acesso à terra. Estão em disputa dois modelos de produção agrícola: o modelo do agronegócio, que representa a aliança dos grandes proprietários de terra com as transnacionais, e o modelo camponês, que visa o mercado interno, a distribuição de renda e soberania alimentar.

O Estado brasileiro é parte e instrumento do poder das classes dominantes para viabilizar e garantir seu processo de acumulação de capital e suas elevadas taxas de exploração e lucro. Em todo o processo de desenvolvimento capitalista nesses cinco séculos, e mais ainda a partir do século 20, percebe-se o papel fundamental do Estado brasileiro como pólo central de acumulação capitalista.

O Estado brasileiro não se restringe a normatizar as regras do processo de desenvolvimento capitalista, ele utilizou sempre seu poder concentrador de capital, de aglutinador da mais-valia social, arrecadada da população por meio dos impostos, para repassar parte desses recursos como capital financeiro para as empresas. Repassa na forma de financiamento subsidiado para investimentos, utilizando-se do sistema bancário público, Banco do Brasil, BNDES,

BNB, Sudene, assim como o Estado foi o gestor da transferência de renda nacional para o capital internacionalismo a partir da década de 1970, no pagamento da dívida externa. E, a partir do modelo neoliberal, o Estado se transformou no principal fiador e viabilizador desse modelo.

Na crise do modelo de industrialização, o capital internacional utilizou o mecanismo das privatizações das estatais como “explicação pública” para a necessidade de o Estado auferir recursos e pagar suas dívidas. Agora, no modelo neoliberal, argumentam que o Estado precisa honrar seus compromissos com o pagamento da dívida interna sob pena de colocar em risco toda lógica do sistema. Passados 15 anos de modelo neoliberal, a dívida pública interna do governo federal saltou de 60 bilhões de reais (no governo Collor, 1990) para mais de um trilhão (governo Lula 2006), e o governo transfere mais de 120 bilhões de reais por ano dos cofres públicos para o sistema financeiro.

O mecanismo da dívida pública interna e as altas taxas de juros decididas pelo governo por meio do Banco Central, dominados por burocratas originários do sistema financeiro privado, é hoje o principal pólo de acumulação do capitalismo brasileiro. Temos, ainda, os detentores dos títulos da dívida pública que se apoderam da acumulação pública, de cujo montante, cerca de 33% dos recursos são transferidos para bancos estrangeiros e 67% para credores nacionais. Entre os credores nacionais, 55% do total são bancos comerciais, 8% são corretoras (que possuem clientes pessoas físicas da classe média e alta) e 4,5% são bancos de investimento. Na década de 1995 a 2005, o pagamento de juros da dívida pública representou uma transferência de renda nacional equivalente a 14% do PIB por ano, dos cofres públicos para o sistema financeiro nacional e internacional.

O processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ao longo desses anos, gerou em nosso território as conseqüências naturais de sua lógica de funcionamento, que é o desenvolvimento desigual, excludente, porém, combinado. Assim, o capital to-

mou conta de todas as formas de produção na sociedade brasileira, em todos os setores de bens e serviços e em todas as regiões. No entanto, a natureza do processo de desenvolvimento das forças produtivas, as taxas de exploração e de lucro, são diferenciadas.

Embora essa aliança entre capitalistas, nacionais e internacionais, de origem industrial, comercial, financeira e/ou agrária, esteja mesclada, passando a dominar produção e mercados, nas mais diferentes e longínquas regiões de nosso território, a forma de inserção de cada região é sempre desigual, diferenciada. Termos regiões altamente subordinadas ao capital internacional, ao mercado externo, e ao mesmo tempo com mais altas taxas de concentração de riqueza e os mais altos índices de desigualdade e pobreza. Por outro lado, mesmo nos pólos centrais de controle do capital financeiro, como as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, os indicativos de aumento da desigualdade social e a falta de mobilidade social entre a classe trabalhadora só aumentam.

A classe trabalhadora também sofre conseqüências por essa diferenciação do capitalismo nas regiões. Ao longo de todo o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, as classes dominantes, sempre utilizaram o estímulo à migração da mão-de-obra, como um fator preponderante para afetar a taxa de exploração e a organização da classe trabalhadora. No atual modelo neoliberal, que reduz o peso da mão-de-obra fabril, as classes dominantes usam a migração para criar os bolsões marginalizados da periferia, onde passam a adotar os mecanismos de repressão policial e social para controle dessa massa desvinculada do processo produtivo.

Essas mudanças no pólo hegemônico de acumulação capitalista acarretam modificações na composição das classes dominantes e na natureza da burguesia brasileira. Hoje, pode-se dizer que, a rigor, não temos mais uma burguesia industrial brasileira com projeto nacional. Essa assertiva é tão verdadeira que nem os partidos políticos tradicionais conseguem viabilizar candidaturas e projetos políticos de natureza nacionalista. O antigo pólo dinâmico da burguesia industrial agora está subordinado e mesclado com os

interesses da burguesia financeira, nacional e internacional. Tampouco, pode-se dizer que temos ainda uma burguesia nacional. Na década de 1960, quando da primeira crise do modelo de industrialização, parte das forças políticas da classe trabalhadora apostou na possibilidade da existência de uma burguesia de natureza e interesses nacionalistas. O que existe, atualmente, é uma burguesia brasileira, que tem seus interesses capitalistas implantados no território brasileiro, mas que não tem nenhum compromisso com o desenvolvimento do país, como nação. Ao contrário, seus interesses se mesclam com os do capital internacional; grande parte de seus lucros são depositados ou investidos no exterior; e não pensa nenhum projeto para o país.

As características atuais do capitalismo: mudanças e desafios

Há uma dificuldade em se garantir a permanente expansão do capital num tempo em que o planeta já está completamente convertido à sociedade produtora de mercadorias. Não existem mais mercados a serem conquistados. No século 20 o capitalismo tornou-se uma realidade mundial. Essa é uma razão que limita a possibilidade de programas desenvolvimentistas do tipo substituição de importações na periferia do capitalismo.

A inovação de produtos que, em outros tempos, sempre acompanhou as revoluções tecnológicas, foi suplantada desta vez pela inovação dos processos de produção. A segunda revolução industrial, iniciada nas últimas décadas do século 19, também trouxera impressionantes ganhos de produtividade com as novas matérias-primas e fontes de energia criadas então: o aço, a eletricidade e a combustão com petróleo e todas as suas implicações em novos produtos, como os eletrodomésticos, o automóvel etc. Desta vez, porém, nenhum produto (telefones celulares, computadores etc.) tem a capacidade de sustentar uma longa onda de expansão como a anterior. Pela primeira vez na história do capitalismo, a inovação de produtos emprega menos pessoas que a inovação de processos desemprega.

O capitalismo contemporâneo, em sua configuração neoliberal, acentuou sua lógica destrutiva. Os processos estruturantes implementados ao longo do século 20, como a industrialização e a construção da identidade cultural, com todas as suas conhecidas injustiças e limitações, deram lugar a outros processos claramente desestruturantes. Em todo o continente, os Estados nacionais foram demolidos, esvaziados e desmoralizados; deixaram de ser agentes indutores do desenvolvimento e organizadores das sociedades, tornando-se reféns do sistema financeiro e desorganizadores das sociedades. O Estado nacional tornou-se refém do sistema financeiro. A desnacionalização da base produtiva atingiu níveis inéditos, conferindo a agentes externos amplo controle sobre nossas possibilidades de desenvolvimento e nossa inserção internacional. A fase neoliberal do capitalismo também se caracteriza pela negação dos direitos gerais dos trabalhadores e dos movimentos populares. Somente são reconhecidos direitos econômicos individuais, jamais coletivos ou sociais.

A história demonstra que reformas progressistas do capitalismo somente foram momentaneamente possíveis, nos breves tempos e espaços em que foram compatíveis com o processo de reprodução do capital. Na época em que o capitalismo representava progresso, reformas eram possíveis e resultavam em transformações que não ameaçavam o sistema. Em uma época de crise do modo de produção, elas seriam concessões transitórias, efêmeras, sempre ameaçadas. Mesmo assim, em todas as circunstâncias, reformas só ocorreram quando os sujeitos sociais explorados ou oprimidos demonstraram disposição revolucionária de luta.

Todavia, não existe tal compatibilidade no atual processo de desenvolvimento capitalista. Nem na América Latina nem em qualquer outra região do mundo. Somente uma transformação social revolucionária, que altere as bases estruturais do capitalismo, poderá enfrentar os problemas que enfrentamos em nosso continente.

Cada revolução tecnológica transforma radicalmente os modos de organização e produção do trabalho. Desmonta as formas

preexistentes para reconstruí-las em torno de novos sistemas organizativos. As formas de luta e de organização das classes trabalhadoras revelam-se impotentes para enfrentar as profundas mudanças que se produzem num curto espaço de tempo. Como toda mudança radical, gera uma situação caótica e, neste caso, possibilitando ao capital que se aproveite da impotência e paralisia gerada entre os trabalhadores.

A terceira revolução tecnológica, por meio da informática, genética, nanotecnologia, microeletrônica, matérias-primas sintéticas e novas fontes de energia, em particular a nuclear, possibilita a redução do trabalho direto e das instalações produtivas, gerando uma nova divisão do trabalho, calcado no trabalhador qualificado. Isso significa que se pode produzir muito mais riqueza com menor quantidade de trabalho.

A atual terceira revolução tecnológica também determinou uma nova composição orgânica do capital. O capital constante, que são os meios de produção e as forças produtivas (técnica, máquinas), isto é, o trabalho morto, adquire cada vez mais importância diante do capital variável, que são os gastos com a força de trabalho, isto é, o trabalho vivo.

Podemos afirmar que, no mundo contemporâneo, o processo de acumulação de capital precisa cada vez menos das pessoas. Isso significa que a criação da riqueza abstrata, que é o objetivo do capitalismo, descolou radicalmente das necessidades humanas. Por isso, para defender a humanidade, precisamos superar essa forma de organização social voltada para a multiplicação de riqueza abstrata.

O capitalismo não pode, em nenhum aspecto da vida social, gerar condições para eliminar a escassez e desenvolver a abundância em benefício de todos. Portanto, as condições objetivas que permitem a superação do capitalismo por outro modo de produção já estão presentes. Em outras palavras, é a contradição entre um processo de produção cada vez mais social e uma apropriação cada vez mais individual das riquezas o que possibilita falar em condições objetivas.

A característica principal das crises estruturais é a impossibilidade de as instituições sociais e os mecanismos de dominação conservarem sua eficácia. Os sinais de barbárie se multiplicam, seja na esfera material, com o processo de exclusão social galopante no Brasil e no mundo, seja nas esferas cultural e espiritual, com a crescente perda de sentido da existência humana. O capitalismo lança a humanidade numa crise civilizatória.

NOSSO PROGRAMA ESTRATÉGICO

Referencial político de classe

Nesta 3ª Assembléia Nacional da Consulta Popular, reafirmamos nossa opção político-ideológica centrada no referencial marxista da filosofia da *práxis*, que não separa teoria e ação revolucionária, com um claro recorte de classe. Referencial este que tem sua consolidação histórica tanto nos autores clássicos marxistas nacionais e internacionais, quanto nas diversas lutas populares protagonizadas pela classe proletária em seus históricos processos de consolidação de um outro poder, negador das dinâmicas do capital.

Recorte de classe que tem o materialismo dialético histórico como método de análise para o entendimento tanto da forma como funciona o inimigo em suas múltiplas consolidações de violenta prática de dominação, quanto dos mecanismos necessários criados pela classe proletária para, ao entender as contradições e as bases que as fundam, superá-las.

Partimos, assim, das contradições e antagonismos inseridos na luta de classes que conjuga a compreensão histórica da correlação de forças; dos tempos históricos das mudanças e das táticas circunstanciais e estruturais que abastecem as revoluções, e do exercício de concretização do socialismo como horizonte e prática permanentes. Um horizonte que retoma o sentido a ser dado nos

três elementos-chave de produção de vida, dialeticamente relacionadas entre si: a relação do ser humano consigo mesmo; do seres humanos entre si e do ser humano com a natureza.

Confirmamos nossa trajetória histórica como instrumento político que foi consolidando as condições objetivas e subjetivas da construção do socialismo a partir do tripé – formação, luta massiva e organização popular – junto com uma explicação própria dos compromissos que se deve ter, na atual fase imperialista, para se realizar dito processo: desenvolvimento, democracia, soberania, sustentabilidade e solidariedade.

Agora é necessário centrar o trabalho em um passo à frente dadas as necessidades históricas do momento em que vivemos e das reais condições objetivas de produção do novo na sociedade. A consolidação do instrumento político, de natureza partidária, com linhas claras sobre o que queremos, quem somos e como realizaremos as tarefas necessárias para consolidar uma nova sociedade com base nos valores e práticas socialistas.

1. Sobre o caráter da revolução

1. O caráter da revolução é proletário, socialista e internacionalista. A consolidação de seu programa revolucionário contempla as tarefas nacionais, democráticas e populares que não foram historicamente cumpridas pela burguesia e somente poderão ser implementadas pelo proletariado que explicita, na tática e na estratégia, seu papel anticapitalista, antiimperialista, antineoliberal e de horizonte socialista.

2. O caráter da revolução está inserido num processo dinâmico, ininterrupto e seu ritmo é definido pela força do proletariado em cada época e determinado por três aspectos centrais: processo histórico e o nível alcançado neste momento da consciência de classe; a correlação de forças nacional e internacional; e a possibilidade real da conquista do poder do Estado.

3. Com o recorte claro de classe, as lutas reivindicativas podem cumprir um importante papel de contraposição aos interes-

ses do capital, desde que vinculadas explicitamente ao horizonte socialista como estratégia central.

4. A revolução socialista é movimento, não é dogma, nem receita pronta, é processo de compreensão das históricas contradições geradas pelo capital e dos vários mecanismos de enfrentamento do trabalho colocados em prática contra a ordem vigente de dominação. Como um processo em movimento, não existem etapas distintas no processo revolucionário, com diferentes classes ou setores no poder, mas duas fases ou momentos, dialeticamente articulados .

5. O caráter da revolução proletário-socialista deve ter em conta uma ação que suporte a reação do inimigo. Logo, leva em conta o poder organizativo do proletariado em cada momento histórico.

6. O inimigo é a burguesia brasileira e internacional em suas múltiplas formas de exercer a dominação: capital comercial, capital produtivo, capital de serviços e capital financeiro. Reforçamos: no caso brasileiro, o inimigo é esta burguesia brasileira e internacional que pode atuar de forma integrada ou em forma de disputa, mas é, na tática e na estratégia, o sujeito social do capitalismo.

7. A burguesia é violenta, autocrática e centra suas modificações da forma de exercer a dominação de classe, tanto no sentido dado ao trabalho (exploração, alienação, mercantilização), quanto nos mecanismos de coerção e consenso – utilizados pelo Estado, como monopólio absoluto do uso da força, para executar dita ação. Nos mecanismos de coerção ela tem operado de duas formas: produção de uma explícita violência do Estado que reforça o aparato policial, militar e de milícias paralegais; coerção legal pelo bloqueio a qualquer iniciativa popular socializante, nos renovados processos de exploração formal e informal da classe trabalhadora postos em movimento hoje.

8. O Estado, como instrumento da burguesia, tem um papel fundamental para a implementação do poder de classes e dos mecanismos que reiteram dito poder. É necessário reiterar que a linguagem do capital necessita ser substituída pela linguagem da classe trabalhadora.

9. A burguesia brasileira está vinculada e associada à burguesia internacional e possui, na atualidade, uma forma imperialista de exercer seu poder tanto nas relações e forças produtivas, quanto na legitimação e legalização desse poder por meio dos aparelhos ideológicos do Estado.

10. A burguesia brasileira tem dois grandes objetivos para manter seu poder: impor aos trabalhadores a naturalização da concorrência e da vida sem direitos; o rebaixamento dos níveis de consciência aos mais baixos patamares corporativos.

2. O imperialismo – inimigo principal da humanidade

11. O capital, cada vez mais concentrado, encontra-se principalmente nas mãos de elites situadas nos países avançados, dirigidas pelos Estados Unidos. Cada vez mais, tanto os interesses locais dos capitalistas quanto os dos grupos ligados ao capital financeiro transnacional se orientam pelos objetivos geopolíticos do imperialismo, especialmente o estadunidense. Depois da II Guerra Mundial, os Estados Unidos conformaram e hegemonzaram um bloco imperial mundial para fazer frente, principalmente, ao bloco dos países socialistas hegemonzado pela URSS, no Leste europeu, e impedir novos triunfos dos movimentos revolucionários espalhados pelo mundo, como ocorreu na China (1949), Cuba (1959) e Vietnã (1975).

12. Sob a liderança política, econômica e militar dos Estados Unidos, esse bloco imperialista adotou a estratégia de não apenas impedir novas vitórias do movimento revolucionário, mas também de fazê-los retroceder nos países onde já havia ocorrido vitórias. Essa política já se mostrou exitosa em 1973 quando, sob o patrocínio estadunidense, os militares chilenos deram um golpe de Estado para destituir o governo do socialista Salvador Allende, democraticamente eleito em 1970.

13. Há que ressaltar que essa estratégia de domínio estadunidense já começou a ser desenhada no final do século 19, quando, frente aos processos de “independência” das ex-colônias

européias nas Américas, o governo daquele país definiu, em 1823, sua política externa, sintetizada na doutrina de “América para os americanos” – a doutrina Monroe.

14. Já no início do século 20, em 1903, essa doutrina recebeu seu complemento quando os Estados Unidos se outorgou o poder de polícia do mundo ao instituir a chamada política do *big stick* – política do “grande porrete”. Essa doutrina já veio acompanhada de inúmeras invasões militares, principalmente de países da América Central e Caribe.

15. Terminada a II Guerra Mundial, em 1945, com os EUA detendo 50% da riqueza mundial e com apenas 6% da população do planeta, a política externa daquele país acentuou ainda mais a necessidade de manter e ampliar seu poderio imperialista sobre todas as partes do planeta.

16. Pela primeira vez na história, a hegemonia do planeta não seria restrita há uma disputa interimperialista dos países capitalistas. Assim, além de manter seu domínio frente aos países capitalistas, a política externa dos Estados Unidos abriu outras duas frentes de combate: contra o avanço dos países socialistas e contra as tentativas dos países capitalistas subdesenvolvidos de terem políticas próprias de desenvolvimento econômico.

17. Com o final da URSS e das experiências socialistas do Leste europeu, os governos estadunidenses iniciaram uma reestruturação do sistema de dominação continental. Essa reestruturação se materializou na invasão do Panamá em dezembro de 1989, na derrota sandinista em 1990 e no processo de transição democrático-burguesa no Chile, em março de 1990, proporcionando as condições para uma nova fase capitalista e para a implementação do neoliberalismo em nosso continente.

18. Historicamente, a política externa dos Estados Unidos é marcada por constantes agressões e intervenções militares ao redor do mundo. E, hoje, mais do que nunca, após os ataques de 11 de setembro de 2001, em Nova York e Washington, a estratégia militar estadunidense é marcada por uma política de “guerra sem

limites”. O atual governo dos EUA estabelece sua política externa a partir da imagem do mundo como um “campo de batalha”. Sua estratégia diante dos povos ou dos países considerados “inimigos” pode se expressar por meio de pressões políticas e econômicas, intervenções e combates militares diretos pelo controle de recursos que garantam o bem-estar ou a própria sobrevivência desses povos.

19. No continente latino-americano, a política de dominação imperialista se dá em torno de três eixos centrais. No eixo político, pela afirmação das “democracias representativas” formais como única forma legítima de governo em nosso continente. No eixo econômico, por meio da estratégia configurada pela proposta da Alca, que envolve acordos bilaterais e sub-regionais e articulações na OMC. No eixo militar, pela ampliação substancial da presença de bases militares e do controle das forças armadas de cada país.

20. No plano militar, os gastos dos EUA com armamentos superam hoje, com folga, a soma de gastos realizada pelos outros 14 países que integram a lista dos 15 países mais bem armados do mundo. O sentido de tal acumulação de poder é consolidar uma nova ordem internacional unipolar.

21. A estratégia militar do governo estadunidense inclui o estabelecimento de bases militares, treinamento e presença de tropas em território estrangeiro, investimentos em tecnologias de monitoramento e espionagem e projetos de infra-estrutura. Essa estratégia está baseada em diversos pilares, desde a intervenção direta até campanhas de propaganda e difamação.

22. Como forma de garantir o controle da região, faz parte dessa estratégia os acordos militares, bilaterais, que os Estados Unidos procuram impor aos países latino-americanos, como o que, em 2005, foi firmado com o Paraguai. Esses acordos prevêem uma série de exercícios militares, intercâmbio de informações militares e de “especialistas em assuntos civis”, seminários estratégicos com membros do Comando Sul – um setor do Pentágono que atua na América Latina –, programas de “imersão cultural” na Aca-

demia Militar dos EUA, entre outros. Além da criação de bases militares nesses países, com total autonomia do governo estadunidense, o que garante, aos oficiais dessas bases militares, uma série de regalias, como imunidade diplomática e liberação alfandegária.

23. Por meio dessas e outras ações, o imperialismo assegura as condições para construir uma rede de mecanismos de dominação política, econômica e militar, pela sustentação de regimes democráticos formais, aprisionados à agenda neoliberal. O menor poder regulatório das nações significa maior poder regulatório do grande capital financeiro e monopolista.

24. As moedas nacionais foram gradativamente abandonadas, uma a uma, com a dolarização aberta ou ainda envergonhada das economias. A base produtiva e os recursos naturais sofreram um processo de desnacionalização galopante, de modo que agentes externos voltaram a comandar as decisões fundamentais e a determinar diretamente, sem mediações, nossa forma de inserção internacional. Ampliou-se intensamente a presença militar direta dos EUA por meio de bases militares e intervenções diretas como na Colômbia. Intensificaram-se as pressões para viabilizar a ALCA, por meio de acordos bilaterais e regionais.

25. O capitalismo estadunidense emite constantes sinais de que esgotou seu ciclo expansivo e ingressou num período de recessão profunda e prolongada. Tal situação acentua sua estratégia bélica de contornos fascizantes, transformando a agressividade militar numa necessidade permanente.

26. As guerras de agressão efetuadas pelo imperialismo estadunidense também são determinadas pela necessidade de obtenção e de controle estratégico de fontes de recursos naturais e não só da necessidade de consolidar seu poder hegemônico.

27. Na América Latina, a presença se concentra em regiões ricas em recursos naturais, como a região do Plano Puebla-Panamá (Sul do México, América Central e Caribe), a região Amazônica e a Tríplice Fronteira (entre Brasil, Paraguai e Argentina).

28. As reservas de petróleo devem se esgotar ainda na primeira metade do século 21. Assim, o controle das reservas atuais e a alteração da matriz energética convertem-se em questões decisivas em médio prazo. O papel da chamada biomassa adquire importância estratégica nesse contexto. Isso significa que assegurar o controle sobre as regiões estratégicas converte-se em prioridade política.

29. O estoque de matéria-prima para as biotecnologias confere importância estratégica para o controle dos territórios ricos em biodiversidade. Cerca de 60% do estoque de material genético do planeta está concentrado na Amazônia.

30. A água doce tenderá a ser o principal recurso natural do futuro, pois começa a escassear e é o único recurso que jamais poderá ser substituído. A América do Sul detém reservas hídricas gigantescas, concentradas principalmente no Brasil.

31. Além dos objetivos de manter o controle sobre os bens estratégicos, que inclui recursos naturais, energéticos e biodiversidade, faz parte da política imperialista a implementação de um modelo econômico que promove a privatização de “serviços” básicos. Esses “serviços” são, na verdade, direitos fundamentais, como saúde, educação, previdência etc., que passam a ser vistos como mercadorias que geram lucros gigantescos às corporações transnacionais. Assim, para alcançar seus objetivos, os Estados Unidos sempre encontram “causas nobres” para justificar suas guerras. Nunca admitem que “matam para saquear”.

32. Para manter sua hegemonia econômica e militar, os Estados Unidos também investem em um grande aparato tecnológico. Esse aparato inclui desde sistemas de comunicação e espionagem, armas militares cada vez mais sofisticadas e com maior potencial destruidor, até em mecanismos de controle da reprodução da vida, como a biotecnologia.

33. Essa estratégia necessita de agentes que promovam uma política econômica articulada com a militar. Um deles é o Banco Mundial (BM), que funciona como uma espécie de “cérebro”, elaborando conceitos incorporados por outras instituições, como o

Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). A atual liderança do Banco Mundial torna ainda mais evidente a relação entre as estratégias econômicas e militares.

34. As imposições do imperialismo por meio dos tratados econômicos e organismos internacionais, como a OMC, cada vez mais se vinculam com medidas de controle militar e apoio ao papel repressivo dos Estados nacionais. Suas necessidades econômicas impõem a militarização das relações sociais, abarcando desde situações propriamente militares, ações de contra-insurgência, criação de centros de inteligência e espionagem, criação de bancos de informação de dados pessoais, controle de fronteiras e alterações legislativas que criminalizam os movimentos sociais. Tal entrelaçamento fortalece a compreensão de que cada vez mais a luta antiimperialista adquire caráter anticapitalista.

35. No plano econômico, ao rasgarem unilateralmente o Tratado de Bretton Woods, a partir dos anos de 1970, passaram a controlar a emissão do dinheiro mundial sem a obediência a nenhuma regra e completamente dissociada dos circuitos produtivos reais. Tal situação exige o permanente desenvolvimento de estratégias que assegurem, ainda que no plano militar, essa condição de supremacia do dólar.

36. A estratégia dos EUA para se manter hegemônico exige cada vez mais o controle dos processos de criação e apropriação do valor e das riquezas. Mesmo quando os indicadores econômicos são positivos, fica nítida a profundidade da crise dos EUA. O crescimento não gera novos empregos e se alicerça, sobretudo, na captação dos fluxos mundiais de capitais a partir do controle do dólar. Por meio desse mecanismo, consegue compensar seus gigantescos *deficit*. Porém, com a capacidade de endividamento da sociedade estadunidense se reduzindo, tudo indica que nos próximos anos enfrentaremos turbulências de efeito imprevisível nas chamadas economias periféricas.

37. Portanto, ainda que imprevisível na data e profundidade, a probabilidade principal é trabalhar com a hipótese de um futuro

impacto econômico com conseqüências sociais. Uma crise dessa natureza representará uma inflexão importante na conjuntura internacional, dando início a um rearranjo de longo fôlego, que, ao fim e ao cabo, conduzirá a uma nova multipolaridade, tendo a Europa e a China como centros emergentes. Mas, o mais importante, uma crise intensa, cujo epicentro são os EUA, poderá abrir uma nova época e até mesmo uma nova janela revolucionária, pois tais momentos se caracterizam pelo rearranjo da correlação mundial de forças e a aceleração dos ritmos históricos pela agudização da luta de classes e do conseqüente surgimento de possibilidades revolucionárias.

38. Definir o imperialismo como o inimigo principal não significa eleger um inimigo que se encontra apenas fora de nossas fronteiras nacionais ou mesmo propor uma aliança com os setores capitalistas brasileiros. O imperialismo não é um ente externo, distante das fronteiras territoriais. É uma estrutura e uma relação. Sua estrutura inclui a imensa rede econômica que se apropria de riquezas por meio das grandes corporações, as agências e institutos internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, BIRD etc.), seus recursos e investimentos em empresas associadas com o capital local e seu controle ideológico dos meios de comunicação de massa.

39. A tendência provável é que enfrentemos mais guerras e momentos de intensa crise econômica. As necessidades de recuperação da taxa média de lucro têm exigido crises regulares altamente destrutivas. O movimento de rotação do capital segue alternando ciclos de recuperação e recessão.

40. Entre suas estratégias de dominação, o capitalismo, em sua fase neoliberal, aposta na fragmentação social das sociedades, buscando construir grupos sociais isolados, sem uma identidade cultural ou nacional, com escassa capacidade de poder. Investem no conceito de “minorias” que nunca ultrapassem seus objetivos específicos.

41. É certo que após uma prolongada hegemonia, as idéias e as políticas neoliberais encontram-se hoje na defensiva. São acossa-

das tanto por forças internas, mobilizadas de maneira crescente, quanto por uma expansiva coalizão de atores globais, que passaram de uma resistência tenaz a um projeto de iniciar uma ofensiva. Esta já se faz sentir – ainda que com desigualdade intensa – nos quatro cantos do planeta. Os últimos anos têm se caracterizado pela crise de legitimidade do modelo neoliberal. Esse modelo já não consegue dar coesão às classes dominantes e sua capacidade de propaganda vai perdendo força.

3. A conquista do Estado e o poder popular

42. O Estado é a principal forma de organização política da classe dominante. O objetivo estratégico de conquista revolucionária do Estado determina o centro de nossa tática. Sem a conquista do Estado não é possível assegurar aos trabalhadores o controle dos meios de produção e a construção do socialismo.

43. A conquista revolucionária do Estado implica na concepção de ruptura e destruição do Estado burguês.

44. A questão da conquista do poder do Estado é o elemento essencial da revolução política e somente se coloca como uma necessidade concreta para a luta popular, quando todas as outras vias foram ensaiadas e esgotadas. Somente quando se esgotam as possibilidades de conquistas por meio de reformas que as beneficiem, as massas populares apostam na luta pela conquista revolucionária do poder político. Isso pressupõe o impacto de uma crise social e econômica intolerável, que inviabiliza a preservação da ordem política e das formas de dominação. Pode e deve pressupor a existência de uma duplicidade de poder com as instituições construídas e acumuladas pelo poder popular.

45. Para que a ruptura revolucionária ocorra, será necessário mobilizar milhões de trabalhadores que destruam as bases estruturais do poder burguês, conquistem o controle político do Estado e assegurem a supremacia do poder popular. Portanto, a revolução não se limita a um momento, embora enfrente momentos decisivos, mas é, antes de tudo, um processo a ser construído desde já.

46. Também constitui o centro de nosso objetivo tático e estratégico fomentar o protagonismo popular. O momento atual impõe como principal tarefa o acúmulo de forças para construir uma força social para alterar o sistema de poder. Isto implica em investir no tripé da formação política, estímulo para a luta de massas e organização popular. Nosso programa deve sempre se orientar pela conquista do poder de Estado e a construção permanente de espaços de poder popular. O desafio é potencializar o movimento social para que proporcione a energia necessária para a construção de uma contra-hegemonia, que precisa ser simultaneamente, intelectual, moral e política.

47. Embora sejam imprescindíveis, a transformação social não se produzirá somente com as mudanças na estrutura econômica, nas relações de propriedade dos meios de produção e no controle da estrutura administrativa do Estado. A transformação da sociedade capitalista se inicia desde já e não é uma tarefa postergada para depois da conquista do poder político do Estado.

48. Construir o poder popular implica em desenvolver territórios, espaços e movimentos que não se abandonam e que integram o acúmulo da classe trabalhadora como: detentora de formas de auto-organização; capacidade de partir de demandas reivindicativas, mas impulsionar a luta em torno do programa do Projeto Popular; capacidade de gerar experiências concretas de democracia que só podem ser de concepção socialista; capacidade, enfim, de gerar exemplos pedagógicos que disputem as consciências com as classes dominantes.

49. Construir espaços de poder a partir de territórios não descaracteriza que a dinâmica central se dá na luta de classes, muito menos secundarizar as lutas e enfrentamentos a partir dos locais de trabalho. Em outras palavras, é fundamental construir a luta de classes no espaço de trabalho e no território.

50. Não existe contraposição entre conquistar o poder político do Estado e construir espaços de poder popular. A conquista do Estado e a construção cotidiana de poder popular se pressupõem

mutuamente. Sem perder a centralidade na perspectiva de conquistar o poder concentrado no Estado, trata-se de construir experiências de poder, fora da lógica e do domínio do capital, fundadas na participação democrática e na soberania popular.

4. Os sujeitos sociais da transformação

51. Os sujeitos sociais se constroem na luta e a luta constrói os sujeitos – as classes existem em luta. O processo produtivo capitalista cria as condições objetivas para o surgimento dos diferentes perfis de proletários capazes de se constituir no setor determinante no processo da revolução socialista. Porém, por si só, essa condição proletária (classe em si), não os transforma em sujeitos sociais se essa origem de classe não constrói as condições subjetivas que os faz assumir uma consciência e uma posição de classe (classe para si). Nesse sentido, militantes ainda que oriundos de outras classes podem se dispor a assumir a posição de classe do proletariado. Ser sujeito social, então, não se condiciona pelo nível salarial, nem necessariamente pela origem de classe social – é uma construção de sujeitos sociais que optam por um processo de emancipação da classe trabalhadora.

52. O proletariado deve ser entendido como, além daqueles que trabalham nas unidades fabris, todos os trabalhadores que vendem sua força de trabalho e que somente podem assegurar sua sobrevivência material por meio dessa forma. A redução quantitativa, perda de força política e dificuldades pela reestruturação produtiva, dispersão e desorganização, não podem nos levar à mudança de interpretação do núcleo teórico e filosófico da teoria da revolução. O princípio do desenvolvimento das forças produtivas como propriedade individual coloca o proletariado na linha de frente para se extinguirem como mercadoria e como classe e, para isso, é necessário extinguir a sociedade organizada em classes.

53. A ampliação do número de trabalhadores superexplorados, tanto do setor formal quanto do exército industrial de reserva, não é um fato momentâneo, cíclico reversível – converteu-se num fator estrutural.

54. O desafio central é construir a unidade de classe entre os trabalhadores formais, em processo de redução, com os trabalhadores em tempo parcial, precarizados, subproletarizados, em significativa expansão no atual cenário. Esse desafio passa pela auto-organização dos desempregados e por iniciativas que possibilitem ações comuns entre os trabalhadores. E a tarefa política é recompor a classe como classe – articular empregados e desempregados, trabalhadores formais e informais, trabalhadores do campo e das cidades. Para isso, a Consulta deve conhecer ainda melhor a realidade em mudança do mundo do trabalho, aprofundar os conceitos teóricos que ajudam a entender a nova configuração do capital e definir os sujeitos sociais estratégicos para a transformação e buscar formas de inserir-se na classe assalariada, formal ou informal, em todos os espaços, com a finalidade de organizar essa mesma classe.

55. A atomização social gerada pelos impactos da atual fase capitalista é tão forte que penetra também nos indivíduos, buscando transformar seres humanos em animais de consumo aprisionados na lógica do mercado. Nenhuma sociedade pode ingressar num período histórico com tais características sem enfrentar grandes turbulências. Todas as ações de resistência, que resgatam a identidade como povo e se enfrentam com a lógica capitalista, contribuem para a construção da consciência como classe.

56. O aumento substancial de um novo proletariado, que se reproduz na precarização (trabalho temporário, parcial, terceirizado, subcontratado, cooperativado), tende a transformá-lo num elemento cada vez mais dinâmico dos processos de luta, embora coloque imensos desafios quanto às formas organizativas. Também esse proletariado informal e precarizado é marcado pela heterogeneidade e descontinuidade das formas de sobrevivência, sujeito a se organizar mais no espaço territorial do que em razão da produção. Tal situação, ao mesmo tempo em que revela um potencial de luta, reforça a necessidade estratégica de construir a unidade de classe com o movimento operário fabril.

5. As democracias representativas formais como mecanismo de dominação

57. Estamos assistindo a uma crise estrutural das condições que possibilitaram, momentaneamente, o desenvolvimento do capitalismo num marco de democracia política. Isso transparece numa crise geral das instituições capitalistas de controle social e na crescente necessidade de fortalecer e acionar as funções repressivas do Estado.

58. O Estado segue sendo o lugar de organização estratégica da classe dominante em sua relação com as classes dominadas, mas é fundamental identificar a forma como exerce tal dominação. O Estado alargado do século 20, que se constituiu a partir de uma esfera pública marcada pelo direito ao dissenso, ao confronto e, por causa disso, produziu diversas conquistas sociais, tinha na função policial um recurso de última instância, acionado a partir de um mítico “legítimo direito de defesa”. Agora, essa função policial ocupa o centro do Estado, sem que com isso tenha se produzido qualquer comoção política. A repressão não incide no debate de idéias, já suficientemente neutralizado pelo terrorismo dos meios de comunicação, que, desde muito, não passam de vulgaríssimas agências de propaganda. Silenciosamente, o “Estado de bem-estar social” foi sendo substituído pelo “Estado penal” com o aparente consentimento de todos.

59. Em outras palavras, sob a forma de dominação por meio das democracias formais, as classes dominantes apostam em um Estado que exerça o papel de cooptação, marginalização, atomização, contenção e fracionamento dos processos de organização da luta popular, reservando a criminalização e a repressão aos setores que não aceitam as condições de luta política que impõe.

60. A dominação por meio das democracias representativas formais somente permite a alternância “democrática” entre líderes e partidos que se submetem às regras do projeto neoliberal. As margens de decisão política são estreitas e podem ser exercidas somente se não afetarem as bases determinantes da política e da economia.

Nenhum contrato firmado nos marcos do neoliberalismo pode ser alterado. Decisões estratégicas envolvendo investimentos que contrariem interesses dos poderosos não podem ser efetivadas, tornando a disputa “democrática” e as estruturas do poder estatal (Executivo, Legislativo e Judiciário) apenas um espaço para resolução de contradições intraburguesas e de manipulação e controle das classes populares. O conjunto dos partidos políticos que se estabelecem nesse cenário político age na prática como partido único.

61. As democracias representativas formais converteram-se numa forma eficaz de dominação de classe, constituindo uma barreira que impossibilita as massas populares desenvolverem qualquer projeto alternativo que enfrente questões estruturais. Por trás da idolatria a uma idéia genérica de democracia, cada vez mais desconectada da vida real das pessoas, o que se defende é a perspectiva do sistema de poder resultante da contra-reforma conservadora que predominou nas últimas décadas. Em outras palavras, a essência da eficácia das “democracias formais” como ferramenta de dominação se alicerça na ilusão de um consenso, permanentemente inculcado pelo Estado capitalista pelos meios de comunicação de massa e assimilado no senso comum, transmitindo permanentemente a crença na igualdade democrática de todos os cidadãos, de que todos são iguais perante a lei e que o Estado democrático de direito preserva os direitos de todos de maneira igualitária.

62. Nosso desafio estratégico é superar uma democracia formal burguesa que conta com níveis importantes de legitimação nas massas, ainda quando estas se expressam de forma passiva. Isso significa que tal estratégia deverá enfrentar não somente os aparatos de coerção política das classes dominantes, mas também seus mecanismos de construção de consensos e de hegemonia política, ideológica e cultural sobre os setores populares. Trata-se de enfrentar a direção cultural sobre a sociedade e a subordinação ideológica das classes dominadas.

63. Queremos acumular forças exatamente na compreensão da superação dos limites políticos do sistema democrático representati-

vo e formal que conquistamos, sob muitos limites e concessões, após a ditadura militar, resgatando as liberdades democráticas como uma bandeira da luta popular, mas radicalizando sua extensão nas práticas de democracia direta e decisão política incidindo sobre a economia e sobre a solução dos problemas concretos da vida do povo.

64. A imposição da agenda neoliberal desmascara os limites da “alternância de poder”. Eleito no desgaste do governo anterior, cada sucessor se vê aprisionado pelos limites legais, impulsionando a mesma agenda neoliberal e desgastando em pouco tempo sua legitimidade. Cada vez mais, as classes dominantes são obrigadas a aperfeiçoar sua engenharia política e sua capacidade de criar ilusões no povo de forma a viabilizar seus candidatos.

65. Existe um elemento novo em nosso continente. As derrubadas dos presidentes Carlos André Perez, na Venezuela (1993); Abdalá Bucaram (1997), Jamil Mahuad (2000) e Lucio Gutierrez (2005), no Equador; Fernando de La Rúa (2001) e seus sucessores imediatos, na Argentina, e Sanches de Lozada e Carlos Mesa (2005), na Bolívia, demonstram que as democracias representativas formais já não são bastiões inexpugnáveis e presidentes podem ser derrubados por movimentos populares.

6. A necessidade da constituição do instrumento político

66. Ao definirmos que o caráter da revolução é proletário-socialista, constituindo uma tarefa da classe trabalhadora e das forças populares cujo objetivo é a conquista do Estado e a transferência para a classe trabalhadora da propriedade dos meios de produção, afirmamos que a organização necessária terá natureza partidária formada por quadros dedicados à luta revolucionária.

67. O instrumento político tem princípios socialistas, unidade ideológica de ação, nível de consciência elevada, meios de comunicação próprios, é autônomo em todos os sentidos e tem a luta de classes como referência.

68. A participação efetiva do contingente revolucionário na estrutura organizativa se aglutina por meio de núcleos e coordena-

nações, orientados pelo princípio da direção coletiva e do centralismo democrático.

69. O instrumento político deve funcionar como uma organização dotada de uma estratégia de poder e de um programa nacional, que permita o salto de qualidade na luta popular. A forma e o conteúdo são aspectos centrais de sua constituição.

70. Na revolução proletário-socialista, a natureza partidária, que necessita de uma identidade própria, tem dois requisitos fundamentais: perceber as condições históricas e os movimentos da classe trabalhadora que tanto podem empurrá-la para frente quanto para trás; entender as tarefas próprias do nosso instrumento político que o diferencie dos demais existentes.

71. São características e tarefas desse novo instrumento: estabelecer uma linha política da estratégia e tática de articulação dos diversos movimentos, com respeito à autonomia desses movimentos, sem cooptação, sem controle, sem aparelhamento, mas ao mesmo tempo criando uma unidade política que estabeleça as prioridades nas ações conjuntas (no alinhamento do debate estratégico; na garantia do método; na formação, cuidado e controle dos quadros; na disciplina partidária; no sentimento de pertença; no estímulo da auto-estima);

72. A história dos processos revolucionários confirma a necessidade de um centro organizador capaz de definir os passos políticos que assegurem a estratégia e identifiquem os elos mais débeis do inimigo. Por mais importantes que tenham sido os levantes populares ocorridos em nosso continente nos últimos anos, não passaram da categoria de mobilizações episódicas, incapazes de se colocar enquanto uma alternativa de poder. As massas que derrubaram os governos acabaram enfrentando a restauração das classes dominantes e mesmo dos grupos políticos neoliberais.

73. Construir um centro político é o papel estratégico do instrumento. Nosso desafio é contribuir para a construção dessa organização por meio de uma militância formada com a cultura política predominante no último ciclo da esquerda brasileira. O

desafio de resgatar as contribuições expressivas dos movimentos sociais e combiná-las com a experiência acumulada pelas organizações revolucionárias.

74. A dinâmica da luta de classes não se coloca segundo nossas vontades e nem espera que estejamos preparados para ela. As organizações revolucionárias se constroem e se estruturam exatamente nos períodos definidos como não revolucionários. Exatamente porque, em tais períodos, dispõe-se de tempo e condições para estruturar seus quadros, experimentá-los nas lutas, formar uma direção, consolidar sua coesão ideológica e, principalmente, legitimar-se perante as massas.

75. A construção dessa organização, a ser realizada desde já, implica num longo processo. Num criterioso investimento na formação de quadros e no esforço persistente para criar estruturas de base. Na construção de uma cultura que valoriza e pratica a direção coletiva. Implica, antes de tudo, na retomada do trabalho de base e na capacidade de suportar o desânimo e a frustração ante as enormes dificuldades que se enfrentam.

NOSSA TÁTICA

As tarefas políticas na atual conjuntura a partir das definições do programa estratégico

1. O resumo dos principais elementos caracterizadores do atual contexto histórico:

1.1. A ofensiva do capital

Enfrentamos um período longo de uma conjuntura extremamente adversa para a classe trabalhadora. A correlação de forças no plano internacional, deflagrada com o final da União Soviética e das experiências socialistas do Leste europeu possibilitou no aspecto econômico, político e militar a intensificação dessa ofensiva. Também a reprodução do capital, na atual etapa, encontra-se cada vez mais desvinculada das necessidades da população. O capital financeiro internacional passa a ocupar um papel hegemônico e os níveis de exploração ampliaram-se brutalmente nesse período.

1.2. O descenso do movimento de massas

A partir dos anos de 1990, também ingressamos num longo período de refluxo das lutas sociais. A ofensiva do capital ao aumentar as taxas de exploração causou profundo impacto na organização da classe trabalhadora. Desde a derrota da greve nacional dos petroleiros, em 1995, o movimento sindical não mais conseguiu enfrentar o bloqueio jurídico repressivo, mantendo mobilizações que, embora importantes, permanecem localizadas, de impacto restrito e

corporativas. As demais mobilizações dos movimentos sociais, embora importantes para a organização dos trabalhadores, não conseguiram até o momento alterar essa correlação de forças.

1.3. Ausência de projeto para o país

O debate político reduziu-se ao pensamento de curto prazo. A ofensiva da fase neoliberal do capitalismo desqualificou a idéia da necessidade de um projeto nacional. Em especial de um projeto popular que unifique as forças populares, convertendo-se numa clara alternativa ao neoliberalismo. Até mesmo as forças populares perderam a capacidade de formular uma imagem do futuro que se deseja construir e uma idéia do caminho que se pretende trilhar.

1.4. Esgotamento de um ciclo político que impulsionou e determinou as propostas políticas e organizativas da esquerda brasileira

Estamos assistindo ao fim de um ciclo na existência da esquerda brasileira, centrado na luta eleitoral e institucional, com o colapso político e moral de sua força hegemônica.

2. Como evoluem essas características atualmente.

2.1. A crise que se avizinha poderá alterar o quadro econômico atualmente favorável a ofensiva do capital

A aparente estabilidade econômica dos últimos anos não se manterá por muito tempo. Com a capacidade de endividamento da sociedade estadunidense se reduzindo, tudo indica que nos próximos anos enfrentaremos turbulências de efeito imprevisível nas economias chamadas de periféricas. Além disso, o crescente impasse militar no Oriente Médio aponta no sentido do aprofundamento da crise em curto prazo.

2.2. O reascenso da luta de massas

Existem fortes e crescentes indícios de um reascenso da luta popular no próximo período. Embora imprevisível em relação a

fixar datas, os processos de retomada ocorrido nos demais países de nosso continente reforçam a previsão de que uma nova etapa de lutas se aproxima. As tensões se acumulam e podem ocorrer explosões sociais que se generalizem com rapidez e intensidade.

2.3. A retomada de um projeto popular

Desde nosso surgimento em 1997, insistimos na necessidade de um projeto popular para o Brasil. Embora a construção de um projeto não se limite à existência de força social em torno de um programa político, esse elemento é parte essencial dele. As recentes experiências unitárias de lutas em torno de um programa mínimo constituem um passo importante na construção de um projeto popular.

2.4. O surgimento de um novo ciclo

Com o acelerado esgotamento do ciclo político, retoma-se o debate estratégico entre as forças de esquerda e os militantes populares. Os ciclos políticos não se repetem, o fracasso de uma experiência marca profundamente a memória coletiva inviabilizando a tentativa dos que buscam repetir o mesmo caminho. O mais provável é que o novo ciclo da esquerda brasileira, que tem como seu pólo dinâmico os setores da chamada esquerda social, não mais se centralize pela lógica da luta eleitoral e institucional.

3. As características do governo Lula

A eleição presidencial de Lula foi a grande meta-síntese que empolgou e unificou a esquerda brasileira desde o final dos anos de 1980. Sua liderança foi a construção coletiva a que todos os setores da esquerda brasileira se dedicaram nos últimos 25 anos.

O povo votou em Lula, não só pelo acúmulo obtido pelo PT ao longo de muitos anos em torno de sua tática, mas porque havia um sentimento premente de que era necessário mudar a política econômica. As vitórias eleitorais em 2002 e 2006 não se deveram centralmente à mobilização popular, mas resultaram da conjun-

ção de quatro fatores: fracasso socioeconômico do modelo neoliberal, desgaste dos candidatos da classe dominante, apoio de setores da burguesia com fartos recursos na utilização de meios propagandísticos e crescente identificação dos setores menos organizados da população com a liderança de Lula.

O governo Lula não correspondeu ao sentido histórico do voto que recebeu. A maior frustração é que o líder popular Lula em nenhum momento sinalizou para as massas que era necessário e possível construir uma força social para mudanças; ao contrário, desqualificou e enfraqueceu os setores que foram à luta, fortalecendo lideranças e setores reacionários da sociedade. Sua ação e seus discursos deseducam o povo ao estimular confusão sobre os verdadeiros inimigos e fazem a apologia da desmobilização. A consequência cruel dessa política é o rebaixamento do horizonte da luta popular.

Considerando isso, o governo Lula é um fracasso histórico do ponto de vista da perspectiva da transformação social.

O projeto de buscar melhorias sociais sem confronto e ruptura revelou sua inviabilidade histórica na atual fase capitalista. Premido pela lógica da ordem econômica mundial e dos interesses da classe dominante, não restou ao governo Lula seguir outro caminho que não fosse se adaptar ao neoliberalismo.

A pauta do governo se limita, cada vez mais, a combinar dois fatores centrais: atender aos interesses do grande capital, especialmente na infra-estrutura, com medidas assistenciais para os 10% mais pobres. Até o presente momento, seu projeto se sustenta por estar favorecido por uma conjuntura econômica internacional propícia aos setores do capital financeiro.

Nesse sentido, o segundo governo Lula apresenta uma composição ainda mais conservadora em relação ao primeiro mandato. Optou por ampliar sua coalizão com setores de direita, enfraquecendo o espaço de seus tradicionais aliados de centro e esquerda.

O fortalecimento do agronegócio e a ofensiva do agrocombustível, aprofundando a dependência estratégica e o papel subordina-

do na ordem econômica mundial, desvinculada de qualquer projeto soberano de desenvolvimento e de alteração da estrutura agrária, se intensificam neste segundo mandato.

4. A desagregação do espaço político institucional

A luta ideológica praticada pela burguesia contra a classe trabalhadora se intensifica e radicaliza em três questões centrais:

a) a disputa eleitoral e a reiteração do seu projeto neoliberal (condução macroeconômica, continuidade dos processos de privatização e a política de desnacionalização da economia);

b) desqualificação, desmoralização e deslegitimação das ações da classe trabalhadora;

c) acentuação da barbárie e da banalização da vida, estabelecendo o aprofundamento do papel repressor do Estado como forma de ação.

Cada vez mais, os grandes monopólios que controlam os meios de comunicação operam como um coeso partido das classes dominantes. Estabelecem a pauta política, pressionam, omitem e superdimensionam os fatos de forma unitária.

Por sua vez, o Congresso Nacional, mergulhado em práticas fisiológicas, é incapaz de enfrentar qualquer debate importante para os interesses nacionais e populares, desmoralizando-se de forma acentuada. Cada vez mais as grandes corporações elegem suas bancadas e controlam o espaço parlamentar.

A política institucional converte-se num mero espaço de competição entre grupos de poder que, ao buscarem seus interesses, concorrendo entre si, acabam por construir uma situação de aparente equilíbrio flutuante, por meio da manipulação periódica dos desejos de eleitores, situação essa completamente desvinculada dos verdadeiros problemas do povo.

Por seu lado, a força hegemônica da esquerda brasileira abandonou qualquer projeto de transformação do país e o governo de Lula gerou grande frustração. Todo um ciclo político foi rapidamente se esgotando, disseminando perplexidades, aumentando o

descrédito do povo na eficácia da ação política e provocando a dispersão de militantes.

Nesse contexto, a centralidade na luta eleitoral exerce um forte efeito de cooptação e paralisia das forças populares. O equívoco principal dessa centralidade tática foi o de tornar toda uma geração desarmada ideologicamente diante da democracia burguesa. Tal concepção, arraigada mesmo nas tendências da esquerda, torna natural e inquestionável que qualquer decisão política sempre se oriente pela conquista eleitoral do governo. Para essa cultura política, o trabalho de base, o acúmulo de forças, as ações de propaganda e os enfrentamentos de massa são apenas pontos de apoio para fortalecer um projeto eleitoral.

5. O rearranjo das forças populares

O novo quadro político também acarretou um rearranjo das forças de esquerda e o surgimento de novas organizações. Novos partidos, articulações sindicais e movimentos sociais surgem, gerando um importante e qualificado debate ideológico entre os militantes, embora muitas vezes calcado no internismo, na mera disputa de posições, sem preocupar-se com os verdadeiros inimigos de classe. Ao preocupar-se em construir e fortalecer seus instrumentos políticos ante o novo ciclo de lutas que se inicia, corremos o risco de secundarizar os objetivos comuns das lutas populares.

Esse cenário gerou uma intensa divergência tática entre as forças populares. Alguns setores acharam que o centro da tática era sustentar a todo custo o governo Lula e outro setor passou a ter como objetivo central constituir-se numa oposição eleitoral ao governo Lula.

Entendemos que ambas as táticas permanecem aprisionadas na lógica do governo e na centralidade da luta eleitoral e parlamentar.

Os setores que buscam subordinar as forças sociais para a sustentação do governo Lula perdem espaço político e a tentativa de recompor a esquerda no plano eleitoral fracassa nas eleições de

2006, abrindo condições para uma tática que não mais se centraliza pela lógica institucional.

Nosso esforço é romper essa armadilha que paralisa e divide a esquerda e as forças populares, construindo ações autônomas que não se pautam pelo apoio ou oposição ao governo Lula, mas se organizam em torno de um programa mínimo que enfrente nossos verdadeiros problemas.

6. A agenda da classe dominante

A classe dominante unifica e centraliza forças em torno de sua agenda cujos eixos centrais são os seguintes:

6.1. manutenção e aprofundamento dos mecanismos que determinam as principais variáveis da política econômica: taxa de juros, taxa de câmbio e *superavit* primário;

6.2. aceitar e aprofundar a inserção subordinada de nossa economia na divisão internacional do trabalho, fortalecendo o papel de mero exportador de produtos primários;

6.3. apostar na construção do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) como um mero plano de investimentos em infraestrutura que reduzem os custos de exportação;

6.4. implementar reformas no sistema previdenciário que, além de reduzir direitos, fortaleçam fundos de pensão controlados pelos grandes bancos;

6.5. estimular medidas de precarização e redução dos direitos trabalhistas por meio de medidas graduais.

7. Nossa principal tarefa tática

O centro de nossa tática é organizar uma alternativa popular que recoloca na ordem do dia a necessidade de alterar o sistema de poder para realizar mudanças estruturais. A isso chamamos de Projeto Popular para o Brasil.

O cumprimento dessa tarefa histórica exige trabalhar centralmente na construção de uma força social capaz de atuar de maneira decisiva num reascenso da luta de massas.

Nosso objetivo imediato e principal deve ser acumular forças sociais na construção de um Projeto Popular para o Brasil, empreendendo ações que permitam a maior participação possível dos setores populares, desenvolvendo iniciativas solidárias com outros setores em luta.

Somente as lutas poderão elevar o nível de consciência de classe e ajudar a compreender que um problema reivindicativo, por mais setorial que se aparente, integra um contexto maior de dominação do capital internacional e financeiro sobre nossa economia e sociedade, exigindo transformações estruturais para ser resolvido. As lutas sociais, mobilizações e a solidariedade de classe podem ser exemplos de pedagogia de massas e armas para enfrentar a banalização do discurso e concretizar a necessidade do projeto.

As multidões concentradas em grandes cidades, com acesso à informação e sem alternativas dentro do sistema atual, são o elemento dinâmico capaz de alterar a correlação de forças e implementar as transformações estruturais. Nosso papel é possibilitar que a capacidade de luta dessas massas se aprofunde e radicalize, na perspectiva estratégica da conquista do poder do Estado.

Isso implica nas seguintes tarefas:

1. Concentrar esforços na construção de uma frente única das forças populares, por meio de lutas de massas.
2. Preparar-se para o novo ciclo de reascenso, investindo mais energias no tripé formação, lutas e organização.
3. Implementar e fortalecer iniciativas de lutas e articulações unitárias em torno do programa mínimo.
4. Propagandear e agitar os pontos do programa mínimo.
5. Privilegiar a Assembléia Popular – Mutirão por um Novo Brasil como espaço unificador, fortalecendo sua organicidade, mas participando na construção de todos os esforços e articulações unitárias que viabilizem a agenda de lutas de uma frente única das forças populares.

6. Priorizar os setores sociais da juventude trabalhadora urbana, investindo no estímulo a experiências de luta e na construção de uma metodologia organizativa.
7. Construir e fortalecer os meios de comunicação próprios.

8. Problemas estruturais que determinam o programa mínimo:

1. Dominação do capital internacional sobre o centro de acumulação, riquezas e natureza;
2. Concentração da riqueza e da renda;
3. Concentração da propriedade da terra: latifúndio;
4. Domínio do capital financeiro sobre a economia e a sociedade;
5. Desemprego;
6. *Deficit* de moradia;
7. Estado burguês não democrático, repressor a serviço do capital;
8. Educação elitista, falta de educação pública e gratuita em todos os níveis;
9. Concentração dos meios de comunicação de massa nas mãos da burguesia;
10. Cultura dominada pelo capital (tudo é mercadoria) e colonizada pelos interesses do capital internacional.

NOSSOS VALORES ÉTICOS

Introdução

O debate sobre a ética revolucionária, bem como o de princípios orientadores da vida pessoal, política e dos propósitos organizativos da sociedade é atual e necessário.

A **Consulta Popular**, neste momento de crise política e ética de parte da esquerda, se propõem a fazê-lo de maneira séria, transparente e profunda. Vamos nos ocupar disso no próximo período.

Temos consciência de que as questões abordadas em nossa 3ª Assembleia Nacional representam apenas nosso atual estágio de compreensão até o momento. Sabemos que somos desafiados a pensar e a praticar uma ética de caráter solidário, revolucionária e socialista, para além das relações interpessoais e das atitudes na prática política. Nossa compreensão deve envolver a reflexão e a prática da ética na economia, meio ambiente, bioética e política. Nas relações feminino-masculino, nas manipulações das consciências, nos meios massivos de comunicação, entre outros.

Nosso desafio é evitar tanto o moralismo quanto a vulgarização normativista da ética com o risco de cair num principismo que desconhece a dinâmica do processo histórico.

Encaramos esse debate como um forte desafio, a ser praticado cotidianamente e pautando todo nosso processo de formação.

A ética e os valores da revolução

A ética e os valores fazem parte do caráter e da conduta das forças revolucionárias. O movimento da revolução arrasta junto de si milhões de seres sociais, agentes e sujeitos das transformações que estimula a querer a se diferenciar das forças dominantes que enfrenta na luta pela transformação da sociedade..

As forças revolucionárias não só desejam ser melhores que as forças contra-revolucionárias, mas também precisam superá-las e derrotá-las. Por isso lutam para se diferenciar delas. A sociedade que deverá nascer de todo o esforço empregado é uma sociedade bem melhor.

A sociedade socialista que defendemos se construirá com as características políticas e culturais de cada povo. Será justa e respeitará os valores porque os seres humanos serão mais conscientes do seu papel na história.

Na luta pelo poder, muitos recursos serão utilizados pelas forças revolucionárias. Em se tratando de ações políticas, elas podem ser taticamente de natureza violenta, quando se manifestarão determinados comportamentos identificados com a brutalidade, a rigidez e a intransigência dos inimigos. Mas não se trata de, por usarmos temporariamente os mesmos meios, que tenhamos também a mesma natureza. O uso aparentemente inadequado de determinados meios, para as forças revolucionárias, por consciência, não se converterão em hábitos e por tanto ficarão registrados como momentos da construção histórica.

Nesse sentido, não é o ato em si que determina se uma ação é justa ou não, mas a situação em que o ato foi praticado, bem como as conseqüências que provoca. Devemos avaliar criticamente cada caso para considerar a validade da ética de cada um.

Nem sempre a boa intenção é a posição mais correta. Por exemplo, se estamos convencidos de que o princípio moral de “não roubar” é em qualquer circunstância correto, ao vermos um mendigo apanhar uma fruta na banca da feira, consideraremos roubo aquilo que é apenas um ato de sobrevivência.

Os valores, para os lutadores e lutadoras do povo – não se trata de uma mera escolha que diferencia o bem do mal, mas de uma linha de conduta que interliga o conjunto das atitudes e práticas. Não se trata de sobrepor a cada atitude errada uma atitude que julgamos correta, mas de um comportamento que elimina da vida social todas as atitudes mesquinhas, egoístas e oportunistas que se tornaram hábitos ao longo da história.

Nesse sentido é que os valores não existem fora da conduta ou da vida social. A beleza, a bondade e a fidelidade não são referências abstratas, mas atitudes concretas que se reproduzem no cotidiano na convivência humana. O suporte para a manifestação correta dos mesmos está na estrutura econômica e política que organiza a sociedade. Ou seja, o suporte da prática dos valores com conteúdo socialista virá da estrutura e das convicções da sociedade socialista.

As forças revolucionárias não apenas agem diferentemente das forças repressoras, mas também na sua essência são diferentes, por responderem de outro modo aos desafios e perguntas colocados tanto pelos indivíduos quanto pela sociedade.

A cultura revolucionária é a segunda natureza forjada pela prática humana, que supera os instintos biológicos determinadores do comportamento natural apenas. Aos poucos, a responsabilidade revolucionária insere no comportamento coletivo a prática de valores e normas morais que possuem o mesmo conteúdo e a mesma linguagem da revolução.

Visto dessa forma, facilmente compreenderemos que o ser humano está em permanente desenvolvimento e melhoramento ético, social e político. O seu envolvimento nas lutas leva-o a estabelecer contatos com outras idéias e outras práticas, fazendo com que se torne conivente com a convivência social revolucionária.

A convivência por sua vez exigirá o esforço para modificar determinados comportamentos e hábitos adquiridos na convivência não revolucionária anterior. Nesse sentido é que passa a existir a interligação dos valores que se apresentam com outro conteúdo.

A solidariedade na convivência revolucionária vai além das simples ações de hospitalidade, eleva-se para a categoria de responsabilidade coletiva, quando atrai para si a necessidade do companheirismo, a honestidade, a lealdade etc. Ou seja, não se pode ser solidário sem ser honesto e leal, porque a revolução é um movimento que ganha cada vez mais força na medida em que novos hábitos e valores vão sendo introduzidos.

A revolução é um movimento aberto para a frente. Para não ser interrompida, exige que sua atratividade ganhe cada vez mais importância. Não há outro caminho para essa atração senão por meio de gestos concretos. As ações convencem mais do que as idéias.

É na prática social que os hábitos se manifestam. O caráter das forças revolucionárias e a natureza da revolução se confundem em uma só essência. Os seres sociais precisam ser persuadidos a participarem desse movimento para a frente e somente o farão se sentirem atração por esse movimento.

A afetividade se coloca então como valor fundamental para a manutenção da unidade política e organizativa entre as pessoas e forças aliadas. Sem ela a revolução perde a atração. A revolução é o único meio que possuímos para construir a sociedade socialista que devemos conquistar. Para que ela seja justa, a justiça terá que estar dentro de cada um de nós.

É verdadeiro o princípio filosófico que diz que, ao fazer a sociedade, nos fazemos a nós mesmos. Não poderá haver uma sociedade solidária se os seus construtores não são solidários, justos, honestos e leais consigo mesmo e com os outros.

Os objetivos a serem alcançados pela revolução somente serão possíveis se, acima de tudo, tivermos consciência de que os hábitos e costumes da velha sociedade precisam ser derrotados juntos com as forças da contra-revolução. Sem o valor da coerência isso não será possível, pois, os demais valores perdem a força moral e as palavras se esvaziam de conteúdo e de sentido.

A ética e os valores revolucionários orientam a vida social e política das forças revolucionárias; por isso as táticas adotadas nunca po-

dem ferir os princípios nem tampouco confundir o rumo estratégico. A coerência política permite o exercício da democracia, da participação e da crítica. Isso porque não é apenas a ação política que pode ser derrotada, mas a própria moral dos militantes da revolução.

O valor da igualdade nos permite democratizar as oportunidades, combater os privilégios e os vícios que comprometem a idoneidade do movimento revolucionário. Os princípios políticos, quando negados, já o foram antes negados pelo comportamento moral e na prática dos valores do que na ação concreta.

A vida digna pretendida pela revolução não será apenas para uma parte da sociedade. A sociedade será socialista porque os anseios sociais estarão acima dos interesses e mesquinhez individuais.

O valor da solidariedade não poderá ser confundido com a “ajuda ao próximo”, mas a integração de todos os seres sociais à mesma ordem revolucionária.

Compreendemos que as forças revolucionárias também podem cometer erros, mas estes devem ser corrigidos antes que se tornem hábitos na conduta normal na sociedade.

Os valores socialistas são a expressão das vontades e das práticas revolucionárias que se configuram em idéias. Estas ampliam e consolidam o conteúdo do comportamento que dão a cada gesto e a cada hábito sempre nova qualidade.

Princípios e valores de uma prática revolucionária

1. A solidariedade

É a ação consciente de pessoas com os mesmos interesses de classe, que constroem alternativas conjuntas, para soluções definitivas e para todos.

Deve ser compreendida e desenvolvida a partir dos nossos interesses de classe dentro e fora do nosso território.

A solidariedade de classe é fundamental para que, independente das categorias de estudantes, camponeses ou operários, se some na defesa de direitos conquistados e a garantia do respeito à

dignidade humana. Solidariedade é, portanto, construir alternativas para elevar o ser humano a uma nova categoria, tanto na qualidade de vida quanto na qualidade da consciência e na construção de novos valores. É muito mais do que doar o que nos sobra; é a verdadeira ação transformadora que permite satisfazer as necessidades humanas em suas dimensões objetivas e subjetivas, com a participação de todos.

2. A indignação diante de qualquer injustiça

Indignar-se contra qualquer injustiça deve ser a característica fundamental de um lutador do povo.

A sensibilidade revolucionária é percebida quando demonstramos, com nossas atitudes e ações, a indignação com as estruturas e atitudes injustas praticadas pela lógica da sociedade capitalista.

Indignação diante da fome, da falta de moradia, da falta de terra, da falta de escolas, da transformação de tudo em mercadoria.

Não aceitar a morte pela fome, pela guerra, não aceitar o sofrimento de quem não tem dinheiro para pagar o médico ou remédio, não aceitar a exploração do operário e nem o envenenamento da terra ou da água.

Não aceitar famílias, meninos e meninas de rua, não aceitar pessoas empilhadas sem o mínimo de condições nas favelas das cidades, ou de agricultores durante meses ou anos acampados debaixo de barracas de lona.

Essa indignação é que demonstra nosso profundo sentimento de amor ao povo e de amor a vida.

3. A luta pela igualdade e contra todo tipo de discriminação

O que deve mover a militância é a certeza de estar construindo uma sociedade em que não se chore mais, a não ser de contentamento. É o compromisso com a transformação e a construção de uma sociedade em que a produção, a distribuição e consumo se façam de forma partilhada. O socialismo, que coloca o ser huma-

no como centro, possibilita uma relação entre os humanos sem exploração, sem discriminação e sem destruição da natureza. Por isso, lutamos contra a dominação de classe, a discriminação de gênero, o preconceito de cor e a intolerância cultural e religiosa. Muitas experiências socialistas animam nosso sonho, e tornam cada vez mais válidos os esforços de tanta gente que entregou sua vida por um mundo de novos homens e novas mulheres.

4. O trabalho como valor

O trabalho sem exploração deve ser visto como liberdade, para produzir as condições de vida necessárias para a humanidade, para criar e recriar. Para, de fato, dignificar o ser humano, trabalhando como um dever e não como uma obrigação.

Nunca se pode esquecer que todo bem, material ou espiritual, tem uma função social, pertence a todos. E que a prosperidade só é possível e legítima quando vem do trabalho, o domínio da técnica, o crescimento da consciência e a austeridade de vida (sem carência do necessário, sem ter mais que o necessário) pensando no básico para o povo, no limite dos recursos e nas gerações futuras.

5. O amor ao estudo e a construção do conhecimento

O revolucionário deve entender a raiz da injustiça. O processo de tomada de consciência quebra todas as formas de alienação, permitindo a descoberta do real. A superação da alienação é básica na criação da estratégia para construir o novo, o futuro, a vida, sempre. A reflexão, o estudo, a leitura é um caminho para fundamentar a luta, avaliar a fidelidade da militância à causa popular e apontar mudanças na prática concreta. Pensar é um exercício que subverte a existência da militância para que jamais se acostume com a injustiça ou desanime na luta por um mundo sem dominação. Refletir ajuda no processo de crítica e autocrítica de quem se torna militante da causa, de quem procura sempre inovar – revolucionar e cultivar os valores ideológicos, políticos, morais e materiais.

6. O respeito à cultura, à história e à memória

Os trabalhadores, os revolucionários, construíram na história da humanidade muita riqueza material e teórica. Com o trabalho e as lutas iluminadas pelo desejo da igualdade entre os homens, enfrentaram muitas batalhas. Muitos perderam a vida por essa causa nobre da revolução. Muitas vitórias foram, e devem ser ainda mais, comemoradas. Quando valorizamos essa cultura, essa história e a memória, colocamo-nos mais plenos em nossos dias, porque ao mesmo tempo somos herdeiros e seguimos construindo, agora com nossas próprias pernas, todos esses passos heróicos que até hoje foram dados.

É claro que valorizar não significa deixar de apontar erros cometidos ou atitudes incorretas; acima de tudo é cultivarmos sempre um profundo respeito a quem trabalhou e a quem, de forma individual e coletiva, até hoje contribui com a luta revolucionária.

7. A coerência militante

O princípio da coerência diz respeito à sintonia que deve haver entre o pensamento e a prática organizativa, entre as convicções proferidas e a vida concreta, entre o dizer e o fazer. A coerência com a linha política e com o programa tanto no campo do ideário quanto no das ações. Coerência com os ideais socialistas e com os métodos de ação democráticos.

8. A pedagogia do exemplo

É na prática que a militância revela suas convicções, que o discurso se torna força material capaz de realimentar a luta pela vida. Isso se expressa:

- a) na vida pessoal, em que só a pessoa tem o controle;
- b) nas atitudes de dedicação, ousadia, honestidade, transparência, simplicidade, disposição, zelo, solidariedade e partilha;
- c) na postura de humildade e de troca, respeitando as diferenças;
- d) na disciplina consciente que brota do interior, que cumpre os acertos coletivos sem o vício da obediência, improvisação ou competição individualista;

e) na participação em um posto da luta, na frente ou na retaguarda, conforme a necessidade do grupo, sua habilidade e seu gosto pessoal;

f) na simplicidade de vida provendo o necessário para viver sem depender, sem acumular e sem esbanjar;

g) no uso dos recursos com a consciência de que pertencem ao coletivo.

9. A lealdade militante

Toda organização enfrenta momentos de dificuldade na tomada de decisões melindrosas em suas instâncias. Estas, porém, não podem ser desleais para com seus membros e tampouco com quem acredita nela. A lealdade é que garante a confiança e a cumplicidade.

Lealdade com as idéias e propostas aprovadas coletivamente, com os componentes da organização e com as massas mobilizadas que têm interesses e objetivos próprios.

Lealdade entre os dirigentes e militantes, para que possam exercitar os valores do companheirismo e da solidariedade.

A lealdade é, em suma, considerar, manter e garantir a coerência.

10. O cultivo da mística

A mística é a motivação, o desejo, a disposição amorosa e a manifestação da afetividade socialista de ser parte da grande coletividade em luta. É o alimento da pertença, da identidade, do querer ser e estar junto. É viver a causa e se alegrar por ela. É o segredo que, plantado na alma da militância, se torna a força interior que a impulsiona, principalmente nos momentos da dor, da dúvida e das derrotas. Mas também está presente na alegria de viver, na disposição para a luta, na esperança sem ilusões, no canto, nos símbolos, na beleza do ambiente, nas celebrações. Essa energia vital se expressa em gestos e atitudes, individuais e coletivas, que revelam, desde já, o sabor da convivência solidária que sonhamos para todos. Algumas vezes, aparece como indignação e conflito; outras vezes, tem a cara do prazer e da festa. Mas é sempre uma experiên-

cia marcante que traduz uma convicção profunda, reforça a luta e atrai novos combatentes. É o ânimo interior, alimento de nossa esperança, em qualquer conjuntura, que torna as pessoas combativas e carinhosas, abertas e perseverantes e, sobretudo, companheiras.

11. O respeito e o cuidado com a vida

Como seres humanos, somos incompletos e estamos sujeitos a erros. Podem ocorrer situações difíceis de serem vencidas individualmente ou com a família.

É nesses momentos que devemos exercitar o nosso respeito com as situações difíceis da vida de companheiros e companheiras, apoiando, estendendo a mão, protegendo a sua vida e a sua história. Elogiar sem exageros, criticar com ternura.

A ternura como valor está na linha do aperfeiçoamento do comportamento político e humano de um lutador do povo na sua relação individual e com a coletividade.

“Queremos e desejamos que nossos descendentes sejam melhores do que nós.”

OS PRINCÍPIOS

Os princípios constituem as referências do ser e do querer da organização. Eles dão origem, orientam o destino, indicam o ponto de chegada e a continuidade da realização dos objetivos propostos.

São considerados princípios tudo aquilo que é fundamental para construir o caminho que leva ao objetivo e à continuidade da causa. Eles podem ser de natureza filosófica, política, histórica, pedagógica, organizativa ou metodológica.

Em nosso caso, tomaremos inicialmente dois aspectos: políticos e organizativos, que nos permitirão estabelecer as referências básicas da construção do Projeto Popular para o Brasil e orientam a prática organizativa dos militantes em qualquer instância em que exerçam sua militância.

Princípios políticos

1. Ação política e luta de classes

Os processos revolucionários desencadeiam-se a partir das ações dos militantes e das massas. Esse movimento impulsiona a revolução para a frente no sentido de que aglutina de um mesmo lado todas as forças que encontram, em si mesmas e na realidade concreta, a motivação para a luta. Sem o conjunto das ações dos militantes e das massas não há motivação para a revolução e nem se desencadeiam processos revolucionários. Sem ação não pode haver revolução.

O princípio da ação e da luta de classes é a primeira referência para se pensar a revolução. A luta faz com que os conflitos existentes na sociedade se tornem visíveis e possibilitem que a revolução se coloque em marcha.

A luta e as mobilizações dão força e expressão às organizações. Quanto mais fortes e intensos são as rupturas, mais fortes serão as organizações. É essa intensidade que devemos construir.

2. A organização política

A organização é o instrumento necessário para construir e impulsionar as mudanças. A organização é decorrente da mobilização e da luta social. É uma necessidade da luta de classes. Sem organização política, os esforços são desperdiçados. A organização se forja a partir da construção consciente dos indivíduos e de sua percepção como um coletivo amalgamado pelas mesmas idéias. Sem organização não há condução correta em todas as fases da luta para atingir objetivos estratégicos.

Uma organização política revolucionária deve ser a expressão das lutas populares e de classes. Sua construção histórica decorre da necessidade posta pelas forças em movimento. Assim, sua responsabilidade é oferecer conteúdo político-prático ao movimento e não sufocá-lo, com normas, plataformas e estatutos.

A organização oferece conteúdo ao movimento quando estabelece os referentes ideológicos e políticos. No tempo presente, em face dos sinais de violência como barbárie e da conjuntura regressiva, o horizonte ideológico aponta a atualidade da construção do socialismo. O referencial político aparece no Programa Mínimo, em que facilmente as forças se compreendem e são contempladas nas propostas recolhidas e elaboradas.

3. O conhecimento da realidade

O ponto de partida para a transformação é a análise concreta da situação concreta, conhecer a realidade é fundamental para transformá-la. Essa realidade é objetiva (material) e subjetiva (es-

piritual) e nela se dão a perceber as dimensões históricas, econômicas, políticas, culturais e morais. Nas lutas sociais e políticas, apenas o entusiasmo é insuficiente para alcançar as vitórias.

Os indicativos do conhecimento da realidade estão nos programas máximo e mínimo, mas ainda são insuficientes. A luta revolucionária apresenta aos revolucionários a necessidade do exame permanente da realidade concreta. Tal exame requer a centralidade da formação permanente dos militantes, o estudo dos clássicos do pensamento crítico, o conhecimento das especificidades das formações sociais latino-americanas e o diálogo constante com as elaborações em curso que atualizem a agenda radical da transformação social.

4. A combinação entre teoria e prática

Teoria e prática são partes do fazer histórico. A ação político-política pressupõe sujeitos que realizam de modo consciente o seu fazer, esclarecidos do alcance e desdobramentos de suas ações. Só há ação concreta onde existem sujeitos em movimento, energias utópicas e força criativa.

A prática e a teoria da prática fazem parte da luta social. Ação e reflexão estão interligadas. O conhecimento permite dar qualidade à ação e motivar as novas descobertas.

A revolução é contrária à alienação. Nela, o sujeito e o objeto estão em constante transformação. No fazer está o fazer-se a si próprio. Por isso, uma revolução é a convergência de infinitas criações, frutos das idéias e ações coletivas no caminho da transformação.

5. A luta pelo poder popular

A luta pelo poder é elaboração, organização e situação das forças que estão à disposição do movimento revolucionário. Para tanto se supõe a necessidade da definição estratégica e da formulação tática. Para a estratégia, é importante saber o ponto de chegada: o socialismo; no campo tático, é preciso situar as forças e as formas de luta, bem como a determinação de tarefas postas a cada uma delas.

Não existem contradições entre a tomada do poder do Estado e a construção do poder popular. O poder é domínio e consciência. A classe dominante possui ambas as coisas; por isso, domina, ora com as idéias, ora com a força do aparato das leis ou da força.

Construir o poder significa criar consciência e avançar sobre o domínio. Mas a consciência por si só não desautoriza o domínio contrário; por isso, é preciso tomá-lo por meio da conquista do Estado e o controle dos meios de produção pelos trabalhadores.

Se a estratégia indicar que a luta é prolongada, a tomada e a construção do poder serão lentas. Se, ao contrário, for de curto prazo, a tomada do poder será mais forte, pois a consciência da construção do poder não teve tempo para se forjar.

6. A política de alianças da classe trabalhadora

O movimento da revolução é composto por forças e classes que se enfrentam. O princípio da política de alianças é a arte de saber agrupar as forças que possuem interesses diferentes ou divergentes, mas não antagônicos. Identificar os interesses classistas, seu potencial, seu horizonte estratégico, seu papel histórico e as forças em movimento, é fundamental. Nesse passo, é de se observar a construção de uma vanguarda compartilhada por todas as forças populares em movimento.

Temos que construir um ambiente favorável às alianças; seus limites devem ser dados pelos princípios construídos e não podem comprometer os objetivos definidos.

As alianças podem ser táticas e estratégicas. No programa mínimo, deve estar o conteúdo da política de alianças táticas e, no programa máximo, o conteúdo das alianças estratégicas. Mas, em qualquer uma das circunstâncias, estratégia e tática devem estar em sintonia.

7. O acúmulo de forças sociais

O princípio do acúmulo de forças está voltado para a organização das forças sociais que passam a ser forças de ação permanente contra os inimigos da revolução.

O acúmulo de forças não significa somente a ampliação das forças, mas criação e recriação permanente das forças em ação. A diversidade das táticas permite a ampliação e a qualificação das forças, a unificação revitaliza as forças em função da causa.

O acúmulo de forças é parte da perspectiva e dos planos estratégicos que, por sua vez se conecta a política de alianças. Novamente cabe reafirmar que a flexibilidade tática permite maior abrangência das ações e maior acúmulo de força, consciência e organização.

Há que diferenciar as forças. As que compõem e se organizam como classe representam o acúmulo permanente, cabendo a elas o cuidado com a diversificação tática e a elevação do nível de consciência. Existem as forças de mobilização popular, que realizam ações espontâneas; muitas se desfazem em seguida, precisando de incentivo para que permaneçam mobilizadas e encontrem outros motivos para seu esforço de auto-organização. Elas também são fundamentais; suas ações ajudam a desgastar as forças contrárias.

8. O centralismo democrático

O centralismo democrático é o princípio que permite ir ao extremo no debate das diferenças e divergências, das idéias e propostas. O avanço político ideológico se dá na confrontação das diferenças. Elas possibilitam o exercício da democracia interna e da construção do vocabulário ideológico comum. O centralismo democrático, o exercício da democracia interna, não significa a anulação das diferenças ou a anulação das posições minoritárias.

O centralismo democrático, como um método, constrói as decisões mais adequadas envolvendo ao máximo os militantes num ambiente de liberdade de exposição de pensamentos e de posições.

Mas o centralismo tem o dever de chegar a um termo, quando já se esgotaram, pelo exercício da democracia, as possibilidades de consenso. Logo, torna-se necessário concluir. Depois de tomadas, as decisões se tornam causa da organização e não apenas das maiorias.

A partir da tomada das decisões, estas devem ser cumpridas por todos.

Todos os organismos dirigentes são democraticamente eleitos, pelos critérios de merecimento, confiança e capacidade, desde os núcleos de base até as instâncias nacionais. Todos têm obrigação de prestar contas para quem os elegeu e também para as instâncias superiores.

Pelo princípio do centralismo democrático, os cargos nas instâncias da organização são tarefas a serem assumidas e não espaço de disputas e enfrentamentos.

O centralismo é a combinação de um processo de ampla discussão com a ação unitária, sempre levando em conta as condições concretas da realidade.

9. A disciplina consciente

A disciplina consciente é parte do comportamento e dos valores dos militantes. Ela é, antes de tudo, uma opção e decisão pessoal, interior e determinada, dedicada à causa da revolução. É nessa experiência que os militantes adquirem a confiança das massas e da organização. Falhar é uma contingência, mas não se pode aceitar falhas por indisciplina.

Respeitar o coletivo é acima de tudo cumprir as decisões coletivas; e o coletivo é que nos ajuda a sermos cada vez mais disciplinados e conscientes.

Ser disciplinado é atuar com naturalidade, pois ela significa expressão da própria consciência e da própria vontade. Sendo assim, participar da luta e da revolução é um prazer mesmo que implique em sofrimento, pois, em muitos momentos, interiorizar e praticar a disciplina coletiva pode implicar sacrifícios pessoais e riscos.

A disciplina consciente eleva a credibilidade e a autoridade moral dos militantes. Ela tempera o caráter dos revolucionários para as tarefas mais difíceis e espinhosas. Para os conscientes, a disciplina é um hábito.

10. A democracia socialista

Trata-se do momento da tomada e construção do poder, quando os trabalhadores, classe em ascensão, assumem de fato a direção do Estado, tomam para si o controle sobre os meios de produção e o capital e exercem influência e coordenação sobre a sociedade.

É o momento que se impõe à contra-revolução a determinação de que esta terá de se submeter à vontade da maioria.

Esse exercício pleno do poder dos trabalhadores será por meio de um programa que orienta o novo rumo que trilhará a sociedade socialista.

Para garantir a aplicação do programa e o exercício do poder pelos trabalhadores, deve se utilizar de todos os meios necessários, garantindo com isso a vontade das maiorias.

Mas esse princípio deve se aplicado também antes da chegada definitiva ao poder. Seja na política de alianças ou nas ações para acúmulo de forças, a identidade de classe dos trabalhadores é a referência principal a ser mantida.

A democracia socialista se realiza também na prática de direção, em que os direitos e os deveres são iguais para todos. Nesse passo, nosso compromisso militante se volta para qualificar cada vez mais os militantes e todo o povo para que o comportamento de todos seja exemplar e contribua com o processo permanente de construção de estruturas justas da sociedade.

11. A elevação permanente do nível de conhecimento e cultural do povo

A formação da consciência socialista da sociedade é uma tarefa das forças revolucionárias. É parte da transformação da realidade a transformação das idéias e das concepções em direção às idéias e aos ideais da sociedade que queremos construir.

A formação política é dimensão fundamental da elevação da cultura socialista e a base da formação ideológica deve ser o materialismo histórico.

A formação de militantes para a revolução é um dever da organização política. Sem isso, a sociedade se torna presa fácil dos espetalhões.

A formação política se dá por todos os meios à disposição, como jornais, rádio televisão, livros, filmes, cursos, mas sua melhor eficácia se dá quando há unidade entre teoria e prática, entre a ação nas lutas sociais e políticas e o estudo. Formação, não é só informação – embora necessária – nem só acúmulo de idéias. É a síntese de tudo isso numa soldagem profunda que signifique segurança pessoal na ação, capacidade de análise da realidade, capacidade de direção consciente e democrática, bem como capacidade de contribuir na formação de militantes.

12. O internacionalismo

Consideramos indissociáveis e complementares as nossas tarefas nacionais e internacionais. Para tanto, compreendemos que nossos militantes e nossa organização devem sempre praticar ações de cooperação e solidariedade com organizações que lutam pela mesma causa em qualquer parte do mundo.

O internacionalismo nos faz compreender que só haverá igualdade para os trabalhadores e entre as nações quando for superado o sistema de exploração em todos os países do mundo.

Como tarefa principal de todos em qualquer parte do mundo, a luta é contra os inimigos de classe, a burguesia e o imperialismo.

NOSSOS COMPROMISSOS ORGANIZATIVOS

Reunidos em Belo Horizonte – MG, na 3ª Assembléia Nacional da Consulta Popular, com mais de 200 delegados que atuam em diferentes frentes de lutas em todo o país, definimos compromissos organizativos e reforçamos o que foi expresso nas cartas da 1ª e da 2ª Assembléias Nacionais: “Construiremos uma organização de novo tipo, dirigida para a luta, e cujas marcas são a unidade, a disciplina militante e a fidelidade ao povo.”

A Consulta Popular é um meio e não um fim em si, e só tem sentido como instrumento de luta, a serviço do acúmulo de forças para a transformação da sociedade e isso é condição para que possamos enfrentar a crise, de dimensão histórica, que vive o Brasil. Uma organização que se fecha em si própria está condenada ao distanciamento da classe, das demandas reais do povo em movimento, sujeita a cristalização de práticas e de idéias, sob o risco de perder o seu caráter revolucionário.

Nossas energias devem se voltar para o nosso fortalecimento interno e, fundamental e prioritariamente, voltar-se para a construção de lutas e para a organização do povo em força social, moral e política capaz de transformar a sua realidade.

Nesses dez anos, priorizamos a formação, a organização e as lutas. Os três aspectos são igualmente fundamentais para acumular força e superar este período de crise de valores, de organização, teórica e de elaboração.

São compromissos de cada militante da Consulta Popular:

- Sustentar materialmente a construção de nosso instrumento, contribuindo financeiramente, para garantir nossa autonomia organizativa e política.
- O núcleo é a forma de organização de todos/as os/as militantes da Consulta. Trabalhar para que todos/as os/as militantes se organizem em núcleo ou organismo coletivo;
- Contribuir permanentemente com a elaboração teórica e com a implementação dos objetivos táticos e estratégicos, orientados pelos princípios da unidade de ação, da direção coletiva, do centralismo democrático e da crítica e auto-crítica;
- Impulsionar as lutas de massa;
- Desenvolver permanentemente a formação;
- Divulgar e construir os meios de comunicação do projeto popular, com destaque para a sustentação material e política do jornal *Brasil de Fato*;
- Estimular o fortalecimento da nossa organização, com especial atenção para os Estados em que ainda não estamos organizados e nas principais cidades do nosso país. Convencer lutadores e lutadoras para a nossa luta e organização.

CARTA POLÍTICA

Carta aos lutadores do povo elaborada na 3ª Assembléia Nacional da Consulta Popular, em Belo Horizonte, julho de 2007

Realizamos em Belo Horizonte – MG, de 17 a 21 de julho de 2007, a 3ª Assembléia Nacional da Consulta Popular, onde reunimos mais de 200 delegados que atuam em diferentes frentes de lutas em todo o país.

Analisamos a natureza do desenvolvimento do capitalismo e da luta de classes nacional e internacional, em que a hegemonia do capital financeiro nos coloca diante de diversos desafios.

Diante disso, assumimos o compromisso de colocar todas as nossas energias para seguir organizando a classe trabalhadora, em defesa dos seus direitos e pela transformação social e política do país.

Com esses objetivos, estabelecemos as seguintes tarefas a serem cumpridas pela nossa militância:

1. Organizar e mobilizar as forças sociais para lutarem contra o capital, que domina a nossa economia, gera pobreza e ameaça os direitos sociais e previdenciários da classe trabalhadora;
2. Lutar para impedir a implantação dos projetos econômicos que devastam o meio ambiente, privatizam as águas e se apropriam das terras brasileiras;

3. Defender a soberania alimentar, energética e política de nosso país;

4. Impulsionar as lutas por melhores condições de vida no campo e na cidade, garantindo o acesso à terra, moradia, educação, saúde, distribuição de renda e a ampliação dos direitos previdenciários;

5. Insurgir-se contra a monocultura, os plantios de cultivos transgênicos, a utilização de insumos agrícolas químicos, a apropriação e a destruição da biodiversidade

6. Lutar contra todas as formas de discriminação, violência policial e criminalização dos pobres e dos movimentos sociais;

7. Enfrentar e combater todas as formas de ingerência imperialista em qualquer parte do mundo.

Para garantirmos que essas tarefas se realizem, precisamos fortalecer a nossa organização da Consulta Popular, nos empenhando cada vez mais:

1. No estudo, no conhecimento e na compreensão da realidade brasileira;

2. Para elevar a consciência e a auto-estima do povo brasileiro;

3. Estimular todas as formas de lutas sociais;

4. Formar um número cada vez maior de militantes, preparados para as tarefas das lutas sociais;

5. Participar e contribuir na construção da Assembléia Popular em nossos Estados e no maior número de municípios;

6. Priorizar o trabalho da organização da juventude, em especial nos grandes centros urbanos;

7. Seguir construindo meios de comunicação da própria classe trabalhadora com instrumentos de formação política, valorização e resgate da cultura popular;

8. Intensificar a disputa de idéias na sociedade por meio do debate do Projeto Popular para o Brasil;

9. Contribuir com a unidade entre todas as forças organizadas da classe trabalhadora;

10. Praticar a solidariedade permanente com todos os povos

em luta no mundo, em especial com o povo da Palestina, Iraque, Haiti, Cuba e Venezuela.

O conjunto de decisões políticas e organizativas nos coloca em um novo momento de nosso processo de construção.

Reafirmamos hoje o compromisso, expresso nas cartas da 1ª e 2ª Assembléias Nacionais: “Construiremos uma organização de novo tipo, dirigida para a luta, e cujas marcas são a unidade, a disciplina militante e a fidelidade ao povo. Uma organização que pratica os valores da solidariedade, da gratuidade, da honestidade e do trabalho coletivo. Isso é condição para que possamos enfrentar a crise, de dimensão histórica, que vive o Brasil. Uma crise cuja superação exigirá lutas e sacrifícios, que serão recompensados pela construção de uma pátria livre, justa e solidária”.

Somos a Consulta Popular.

Pátria Livre, Venceremos!

Belo Horizonte, 21 de julho de 2007.

ANEXO

Estrutura de Funcionamento Aprovada na II Assembléia Nacional dos Lutadores e Lutadoras do Povo em 2005.

Consulta Popular

A Consulta Popular é uma organização Política dos Lutadores e Lutadoras do Povo com os seguintes objetivos e regras de funcionamento:

1. Constituem objetivos da Consulta Popular:

1º - Difundir e debater com a população em geral, a necessidade de construir um Projeto Popular para o Brasil;

2º – Estimular e apoiar os movimentos sociais existentes, bem como, colaborar para o surgimento de outras formas de lutas e organizações;

3º – Lutar pela conquista e construção do poder político para implementar um Projeto Popular, que represente as necessárias transformações sociais que resolvam os problemas estruturais do povo brasileiro;

4º - Desenvolver a consciência e a prática de valores visando a permanente construção de uma moral socialista;

5º – valorizar a cultura popular como elemento básico da construção da identidade da nação;

6º - Organizar e motivar os trabalhadores para desenvolverem lutas de massas, realizar a Revolução Brasileira e organizar uma sociedade socialista;

7º – Contribuir na articulação e construção da solidariedade e da luta internacional dos trabalhadores.

2. São compromissos da Consulta Popular

2.1) **O Compromisso com a Soberania**, que é a conquista, pelo povo brasileiro, da capacidade de definir com autonomia seus próprios objetivos, bem como os caminhos que deseja trilhar para alcançá-los;

2.2) O Compromisso com a Solidariedade, que exige a mobilização de todos os recursos e de toda a capacidade produtiva, técnica e cultural do Brasil para eliminar a miséria e a pobreza, garantindo a todos um patamar comum de dignidade e igualdade;

2.3) O Compromisso com o Desenvolvimento, ou seja, com o uso pleno da função social de nossas terras, recursos, instalações produtivas e capacidade de trabalho, em um mutirão que nos retire da condição de país periférico e dependente;

2.4) O Compromisso com a Sustentabilidade, que traz para o centro das preocupações a proteção ao ser humano e à natureza que nos cerca;

2.5) O Compromisso com a Democracia Popular, cuja construção passa por uma profunda transformação nas instituições de poder, bem como nos meios de comunicação de massas, para colocá-los sob controle do povo.

3. As medidas fundamentais para alterar o sistema de poder

Detêm o poder aqueles grupos que comandam recursos e instituições decisivas na organização da vida social, fazendo com que a sociedade funcione de forma subordinada a seus interesses. A causa principal da prolongada crise brasileira é o controle, pelas elites dominantes, desses instrumentos de poder. Democratizá-los é o ponto central do nosso projeto, que tem como ponto de partida sete medidas fundamentais:

3.1) A democratização da terra, principal recurso natural do país;

3.2) A democratização do solo urbano, condição para um reordenamento da vida nas cidades, onde está a maioria da nossa população;

3.3) A democratização da informação, que determina a formação de opiniões e valores, desempenhando assim um papel central na organização social e política;

3.4) A democratização da cultura, elemento decisivo para a reconstrução da identidade e da auto-estima do nosso povo;

3.5) A democratização do poder político com a transformação estado, construindo um estado que corresponda aos interesses e necessidades de nosso povo;

3.6) A democratização da riqueza acumulada pela apropriação dos meios de produção e transporte industriais e comerciais, possibilitando que se implemente as transformações históricas exigidas pelo povo brasileiro;

3.7) A democratização do sistema de ensino em todos os níveis tornando toda educação um serviço público e gratuito.

4. Natureza da Consulta Popular

4.1) A Consulta Popular é uma organização política que visa aglutinar o maior número de lutadores do povo comprometidos com a luta pelo Projeto Popular;

4.2) Desenvolve todas as formas possíveis de luta política, vinculada permanentemente com as massas, para elevar o nível de consciência e de organização, capaz de alterar a correlação de forças na sociedade, rumo as mudanças necessárias;

4.3) Articula-se com as demais forças, correntes e partidos de esquerda;

4.4) Sua construção e formato atenta para o contexto histórico em que vivemos e as tarefas políticas necessárias, considerando que se trata de um processo permanente de construção cuja velocidade estará de acordo com a realidade de cada região e com sua capacidade organizativa, bem como, exigirá constante paciência histórica;

4.5) Utiliza a pedagogia do exemplo como método de educação política;

4.6) Concentra suas energias prioritariamente para fora, para a sociedade, buscando organizar os trabalhadores, os pobres, como uma força social, moral e política que possa mudar o Brasil;

4.7) Referencia-se nos grandes pensadores e mártires do povo, que ao longo de nossa história contribuíram significativamente para a luta pela libertação do povo brasileiro;

4.8) Estimula a utilização de todas as formas de manifestações culturais de nosso povo que favoreçam nossa identidade e auto-estima;

4.9) Desenvolve uma nova prática pedagógica política, que eduque pelo exemplo, pela humildade e não pela disputa, pelo vanguardismo, hegemonismo ou sectarismo;

4.10) Norteia suas ações e prática quotidiana na sociedade, pelos valores socialistas, a saber: solidariedade, companheirismo, luta pela igualdade entre todas as pessoas, indignação contra qualquer injustiça social;

4.11) Luta contra a discriminação de qualquer natureza de renda, gênero, etnia, cor, opção religiosa, orientação sexual etc.;

4.12) Pratica a disciplina no respeito às decisões coletivas, o amor ao estudo, o espírito de sacrifício a humildade e lealdade com o povo;

4.13) Enfrenta o personalismo, a deslealdade e a corrupção;

4.14) Prioriza a participação de jovens e militantes das camadas populares, contribuindo permanentemente na sua formação como Lutadores e Lutadoras do Povo.

5. Estrutura básica de funcionamento

5.1) A Consulta Popular se estrutura através de Núcleos, organizados por movimento social, área geográfica ou setor de atuação, coordenados

por Comissões Municipais, Comissões Estaduais e pela Coordenação Nacional;

5.2) Os Núcleos são a instância principal de estudo, elaboração teórica, análise da realidade e planejamento da ação. Constituem-se com um mínimo de 5 e um máximo de 21 participantes;

5.3) Os Núcleos, as Comissões Municipais, Estaduais e a Coordenação Nacional se constituem como equipes de trabalho, de debate, estudo, planejamento e articulação para as lutas de massa, não constituindo centros de exercício de poder e de disputas. Funcionam de forma regular e permanente, com a distribuição interna de tarefas;

5.4) A ausência injustificada em mais de três reuniões implica no afastamento e substituição dos integrantes das Comissões Municipais, Estaduais e da Coordenação Nacional;

5.5) As Assembléias Estaduais poderão estabelecer Comissões Regionais;

5.6) A Assembléia Nacional dos Lutadores e Lutadoras do Povo, que se reúne a cada dois anos é a instância máxima deliberativa da Consulta Popular;

5.7) A Assembléia Nacional dos Lutadores e Lutadoras do Povo poderá ser convocada extraordinariamente pela Coordenação Nacional diante de necessidade política;

5.8) A Assembléia Nacional dos Lutadores e lutadoras do Povo é composta por delegados eleitos nas Assembléias Estaduais, com critérios previamente divulgados;

5.9) A Coordenação Nacional será eleita na Assembléia Nacional e as Coordenações Estaduais nas Assembléias Estaduais respectivas;

5.10) Nos anos que não ocorrer a Assembléia Nacional se realizará uma Plenária Nacional composta pela Coordenação Nacional e as Coordenações Estaduais e Municipais.

6. Participação

Participam da Consulta Popular:

6.1) Todos os Lutadores e Lutadoras do Povo, que comungarem com as linhas gerais, princípios e objetivos do Projeto Popular para o Brasil, e se dispuserem a realizar uma militância social, solidária, gratuita, em prol da difusão do programa e da conquista do poder pelo Povo Brasileiro;

6.2) Que se comprometam em atuar de forma militante assumindo e implementando tarefas definidas coletivamente nas instâncias da Organização;

6.3) Que se comprometam em assegurar uma Contribuição financeira regular. Todo militante deve contribuir para as necessidades financeiras da Organização, nos valores decididos coletivamente. Seja com contribuição de sua renda, seja ajudando na venda de materiais ou buscando outras formas de contribuição.